

# Carne Vai Aumentar Porque Frigoríficos Mandam no Governo

Reportagem na 3ª página do 1º caderno

## NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de novembro de 1960 Nº 69  
Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmon Borges

Dois cadernos

14 páginas

# 10

CRUZEIROS

## Carestia Leva a Fome Aos Lares Brasileiros

Reportagem na 1ª pág. do 2º caderno

### Dupla Vitória Dos Marítimos, Portuários e Ferroviários:

# Garantia da Votação da Paridade Derrota da Ameaça de Estado de Sítio



**A**SSegurada a votação pela Câmara Federal do projeto da paridade, libertados os líderes sindicais e trabalhadores presos, cessada a intervenção policial nos sindicatos, e com o compromisso do governo de desistir de qualquer punição aos grevistas, pagando inclusive os salários dos dias de greve, os 300 mil trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários de todo o país, que se encontravam em greve desde terça-feira, decidiram suspender o seu movimento, regressando ao trabalho. A decisão foi tomada pela assembleia dos grevistas, realizada quinta-feira à noite na sede do sindicato dos metalúrgicos cariocas, com a participação de mais de cinco mil trabalhadores, e inclui um item pelo qual o «Comando da Greve» fica com poderes para decretar novamente a greve, caso a votação do projeto da paridade, já encaminhada, não seja concluída pelo Congresso, ou não seja sancionada rapidamente pelo presidente da República, ou caso o governo deixe de cumprir qualquer dos compromissos que assumiu com os representantes grevistas.

**S**ALDA-SE assim por uma vitória essa extraordinária luta de massas empreendida pelos ferroviários, marítimos e portuários. Apoiados desde o primeiro momento na solidariedade de toda a classe operária, os trabalhadores em greve souberam enfrentar e levar a vitória, com firmeza e energia, a vasta campanha de provocações e violências encetada pelo governo — em particular, por esta espécie de chefe de fascismo indígena, Armando Falcão, que tem o título de ministro da Justiça no governo do sr. Kubitschek, e que agora aparece emparelhado com o velho policial e burocrata Alirio Coelho, guindado pelo mesmo Kubitschek ao posto de ministro do Trabalho. Os grevistas, mantendo-se unidos e coesos, impuseram uma derrota ao ato do governo que declarou a greve «ilegal», lançando mão de um decreto da ditadura, o famigerado 9.070. Derrotaram os planos do governo de intervir militarmente nos sindicatos e nas empresas em greve e decretar o estado de sítio. Obtiveram a libertação de seus presos antes do término da greve. E ainda obtiveram, à última hora, a vitória sobre os 300 beaguins de Falcão, que pretendiam invadir a sede dos Metalúrgicos. A vitória dos ferroviários, marítimos e portuários foi uma vitória de todo o operariado e de todo o movimento democrático. (Leia nas págs. 2, 3 e 8).

### Confraternização entre saques e cortadas

**D**IVIDINDO seu entusiasmo entre o Maracanãzinho e o ginásio Caio Martins em Niterói, um público numeroso tem comparecido todas as noites para incentivar os atletas brasileiros e de outros países que disputam o campeonato mundial de vôlei. A manifestação, que reúne representantes de 10 países em sua fase final, constitui-se em verdadeira festa de confraternização entre desportistas do lado de cá e de lá do Atlântico, e também do Pacífico. Soviéticos, norte-americanos, rumanos, tchecos, franceses, japoneses, venezuelanos, poloneses, húngaros e brasileiros, homens e mulheres, os melhores vôleibolistas de cada país, disputam com ardor o título mundial das duas categorias, dando após cada prêmio, perdedores ou vencedores, magníficos exemplos de desportividade. Está de parabéns a Confederação Brasileira de Vôlei, que proporcionou ao público brasileiro tão bela festa de confraternização e tantos espetáculos maravilhosos de um esporte que ainda não havia conseguido atrair maiores atenções dos fãs do esporte. (Reportagem gráfica na 6ª página do 2º caderno).



### Americano votou contra política de Eisenhower

**O** SENADOR John Kennedy foi eleito presidente da República dos Estados Unidos, recebendo mais de 33 milhões dos votos de um eleitorado de quase 60. A vitória do candidato democrata constitui, principalmente levando-se em conta o fato do presidente Eisenhower ter participado diretamente da campanha em favor do sr. Nixon, a resposta do povo norte-americano à política externa do governo, que culminou, em maio, quando o mundo esperava bons resultados da fracassada conferência de cúpula, com o vergonhoso ato de espionagem do U-2. O eleitorado do sr. Kennedy, apesar do seu programa de política exterior coincidir em algumas questões fundamentais com o do seu adversário, votou neste terreno pela liquidação da orientação seguida por Eisenhower e pelos homens do Pentágono, e sua vitória em Estados como New York, Califórnia e Illinois revela que os setores mais democráticos da população americana (os trabalhadores da indústria e as minorias raciais) não aceitam mais a continuação de uma política de «beira do abismo». (Reportagem na 4ª página do 2º caderno).

### Vassoura de Jânio varre lixo para dentro de casa

**A**NTES mesmo da posse do sr. Jânio Quadros, sua célebre vassoura já começou a funcionar. E foi no sentido de acumular «lixo» na direção dos órgãos de previdência social. Autoridades do Ministério do Trabalho, em conluio com o governador Carvalho Pinto e portavozes do sr. Jânio Quadros, deram um golpe sutil nas eleições realizadas para o Departamento Nacional de Previdência Social, Conselho Superior da Previdência Social, SAMDU e SAPS. Utilizando-se de uma confederação-fantasma, afastaram do pleito os delegados-eleitores escolhidos pelas Federações de Marítimos, Portuários e Estivadores, bem como o delegado do Sindicato Nacional dos Aeroaviários. Com essa manobra, foram «eleitos» para a direção da previdência cidadãos que, com raríssimas exceções, representam a que há de pior na cúpula do movimento sindical brasileiro. Os representantes da CONTEC, da Federação dos Jornalistas, da Federação dos Trabalhadores nas Empresas Telégraficas e do Sindicato dos Aeronautas protestaram contra a manobra indecorosa. (Leia na 2ª página).

### Invasão de «abacaxis» americanos afoga cinema brasileiro

**O** BRASIL, com pouco mais de 3 mil salas de cinema e um mercado de 300 milhões de ingressos, exhibe anualmente mais de 500 filmes de procedência norte-americana. Essa onda de filmes provocou o dumping no mercado de exibição, criando uma situação difícil para o produtor nacional que, em virtude das regalias concedidas pelo governo à produção americana e pela dominação que esta exerce no mercado de exibição, não tem condições de, nem ao menos concorrer com ela em igualdade de condições. Tal situação, aliada à falta de amparo legal ao produtor de cinema brasileiro, alimenta a crise em que se debate a indústria do filme no Brasil, incapaz de pelo menos tentar uma penetração em maior escala no seu próprio mercado de origem. A liquidação pelo governo dos privilégios concedidos ao filme americano, aliada a uma política correta de assistência, a tão importante setor da vida nacional, são os remédios principais para resolver a situação. (Reportagem na 3ª página do 2º caderno).



SÓ VOLTARÃO AO TRABALHO GANHANDO PARIDADE

# Trezentos Mil Trabalhadores em Greve: Parados Portos, Trens e Navios



«A greve é legal, a fome é que é ilegal». A palavra de ordem, o protesto antecipado contra a onda de violências desencadeada pelas autoridades contra marítimos, portuários e ferroviários, avultou entre as centenas de cartazes conduzidos por mais de 20 mil trabalhadores das três categorias, na passeata que os levou à grande assembleia realizada na noite do dia 7, no Teatro João Caetano, quando foi decidida a greve nacional pela paridade de vencimentos com os militares. A greve, de âmbito nacional, paralisou totalmente as atividades nos portos, nos navios das companhias nacionais e em todas as ferrovias do governo Federal. Mais de 300 mil trabalhadores cruzaram os braços para protestar contra a fome e a miséria que invade os seus lares e só voltarão ao trabalho quando a Câmara aprovar o projeto de paridade, com a emenda que os favorece.

As ameaças e as tentativas do governo de desviar a atenção da opinião pública para os reais causas do movimento que deixa de braços cruzados mais de 300 mil trabalhadores em todo o País são injustificadas. Ninguém desconhece a real situação de miséria a que estão submetidos os trabalhadores civis e autárquicos do País. Os benefícios decorrentes do Plano de Classificação até hoje não foram concedidos ao funcionalismo e aos trabalhadores autárquicos, que continuam recebendo os mesmos vencimentos de há dois anos atrás. E, mesmo que o Plano de Classificação já estivesse sendo aplicado, os trabalhadores enquadrados nos 7 primeiros níveis, que variam de 6 a 9 mil cruzeiros, estariam ainda recebendo salários inferiores ao mínimo em vigor no Estado da Guanabara (Cr\$ 9.600,00).

Com isso, tenta fazer crer despuadoramente, que a greve em que estão empenhados marítimos, portuários e ferroviários não passa de «pretexto para desencadear agitação social que prejudica a tranquilidade do povo e a paz da Nação».

## Solidariedade

A greve, deflagrada a zero hora do dia 8, apesar das ameaças e do clima de violência instaurado pelas autoridades, foi precedida de um dos mais belos e comoventes espetáculos que já se presenciaram no Estado da Guanabara.

Eram 17,45, precisamente, quando desfilaram na Praça Tiradentes milhares de marítimos conduzindo as bandeiras dos seus sindicatos, tendo à frente o Pavilhão Nacional, um grande cartaz e ao clamor de paridade ou greve. Ao mesmo tempo, também penetraram na praça milhares de portuários e ferroviários. Os dois grupos foram se aproximando e fizeram junção em frente ao Teatro João Caetano. O espoucar de centenas de fogos encheu a praça. Os trabalhadores das três categorias se confraternizaram sob uma onda de intenso entusiasmo aplaudidos pela multidão que se encontrava no logradouro. «A greve é legal, a fome é ilegal». O grito de vitória anunciando que a decisão estava sendo tomada naquele momento.

Durante a realização da assembleia, compareceram ao Teatro João Caetano dirigentes sindicais representantes de inúmeras categorias profissionais, entre as quais bancários, alfaiates, sapateiros, carris urbanos e têxteis. Parlamentares também estiveram presentes à manifestação, hipotecando sua solidariedade aos trabalhadores.

## O movimento

Cinquenta e seis sindicatos em todo o Brasil acompanham a ordem de greve aprovada na assembleia do Rio de Janeiro. A paralisação, já no seu primeiro dia era quase que total. Apesar das ameaças e do aparato lançado à rua pelas autoridades para intimidar os grevistas na Guanabara, estes começaram a abandonar o trabalho horas antes do momento determinado pela assembleia para o início do movimento. Na Estrada de Ferro Leopoldina, que serve aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Guanabara, o movimento foi iniciado às 21,30 horas do dia 7. No Porto do Rio, a atividade começou a diminuir depois das 16 horas. A partir daquela hora os trabalhadores começaram a abandonar o local e rumaram para o Teatro João Caetano, onde se realizava a assembleia. A noite já não havia mais movimento no cais. Os marítimos que operam nas barcas que transportam passageiros entre o Rio e Niterói abandonaram o trabalho pouco antes de meia-noite e não retornaram mais. Nesse setor, a greve no primeiro dia era total. O serviço entre as duas cidades estava sendo feito por barcos da Marinha de Guerra. Na Central do Brasil, o ponto onde se concentraram mais forças policiais, os ferroviários começaram a abandonar o trabalho pouco depois da hora marcada para o início da greve. Durante o dia 8, o movimento de trens naquela ferrovia era insignificante.

## O governo é o culpado

O governo, que desde 29 de setembro tinha conhecimento oficial da declaração da greve para a zero hora do dia 8, através de comunicação que recebeu dos líderes das três categorias, não tomou nenhuma medida para encaminhar uma rápida solução à justa reivindicação dos trabalhadores. Pelo contrário, levou o descalço pela decisão de marítimos, portuários e ferroviários a tal ponto, que uma comissão de representantes das três categorias tentou durante 17 dias um contato com o presidente da República, em Brasília, sem que o conseguisse.

Agora, 37 dias após a decisão de greve, e quando faltavam apenas 6 ho-

## A miséria

As ameaças e as tentativas do governo de desviar a atenção da opinião pública para os reais causas do movimento que deixa de braços cruzados mais de 300 mil trabalhadores em todo o País são injustificadas. Ninguém desconhece a real situação de miséria a que estão submetidos os trabalhadores civis e autárquicos do País. Os benefícios decorrentes do Plano de Classificação até hoje não foram concedidos ao funcionalismo e aos trabalhadores autárquicos, que continuam recebendo os mesmos vencimentos de há dois anos atrás. E, mesmo que o Plano de Classificação já estivesse sendo aplicado, os trabalhadores enquadrados nos 7 primeiros níveis, que variam de 6 a 9 mil cruzeiros, estariam ainda recebendo salários inferiores ao mínimo em vigor no Estado da Guanabara (Cr\$ 9.600,00).

Nem se pode afirmar que a greve é fruto do desespero. Apesar da situação aflitiva que atravessam, os trabalhadores das três categorias, quando da assembleia realizada na noite de 29 de setembro no mesmo Teatro João Caetano, resolveram em respeito à situação que atravessava o País, às vésperas do pleito presidencial, decretar a greve para o dia 8 de novembro. A decisão visava também permitir ao governo um prazo de tempo útil para a criação de um clima propício ao entendimento com os líderes das três categorias, visando a uma solução que atendesse aos interesses dos trabalhadores e do País. E mais, a ratificação posterior da decisão de 20 de setembro, em dezenas de assembleias realizadas por marítimos, portuários e ferroviários em todo o País, muitas das quais presenciadas por autoridades federais, constituíram-se em advertência e refletiram a decisão dos trabalhadores, dispostos já a não postergar mais a solução da questão. O governo tinha pleno conhecimento da situação, foi advertido em tempo útil mas não levou em conta a atitude dos trabalhadores.

## Clima de provocação

Não podendo evitar a deflagração da greve, tenta agora o governo criar ambiente propício à repressão violenta do movimento. No comando da manobra está o ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, conhecido golpista e furioso inimigo dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Tentando jogar areia nos olhos do povo e arrastar setores democráticos das Forças Armadas e do governo para o golpe que pretende aplicar nos direitos dos trabalhadores, fez divulgar uma nota oficial na qual inscreve velhos clichês e tenta acenar velhos com o fantasma «das atividades subversivas, inspiradas em ideologias extremistas, e obedientes a co-

## Prestes em Moscou

Viajou para Moscou, dia 2 último, onde foi assistir às solenidades comemorativas do 43º aniversário da Revolução de Outubro, o líder comunista Luiz Carlos Prestes. Em sua companhia viajou também o jornalista e dirigente comunista Joaquim Câmara Ferreira.

## São Paulo e Santos: Paralisação Total

SÃO PAULO, 8 (da Sucursal) — Atendendo à deliberação da assembleia realizada na Guanabara, os ferroviários da E. F. Santos-Jundiaí paralisaram totalmente as atividades a partir da zero hora de hoje. O movimento no setor paulista da Central começou logo depois da hora determinada para o início da greve e, nas primeiras horas da manhã de hoje, linha se ampliada até provocar a paralisação total do trabalho em toda a extensão da linha. Na cidade de Santos, além dos ferroviários da EFSJ, portuários e marítimos cumpriam inacessivelmente a ordem

de greve. Trinta navios estão parados assim como os trabalhos no porto

## Mobilização da polícia

O governador Carvalho Pinto, que durante todo o dia de ontem se manteve em contato com o ministro da Justiça e o ministro do Trabalho, ordenou a prontidão rigorosa para a Polícia paulista. Na Capital e nas cidades ao longo da linha, tanto na Central como na Santos-Jundiaí, registra-se um forte policiamento. O porto de Santos foi ocupado por destacamentos da Força Pública do Estado.

## Paridade contra a carestia

Milhares de marítimos, portuários e ferroviários da Guanabara realizaram gigantesca manifestação de unidade e reafirmaram a disposição de acabar de uma vez por todas com o regime de fome em que vivem. Aprovaram por unanimidade a greve nacional pela paridade de vencimentos com os militares e contra a miséria, decididos a só terminá-la com a vitória completa, com a satisfação de suas reivindicações.

# Falcão Comanda Violência: Dezenas de Trabalhadores Presos na Guanabara

Cumprindo o que prometeram, as autoridades iniciaram, sob o comando do ministro Armando Falcão, a onda de violências contra os trabalhadores grevistas e seus líderes. Mais de 12 mil homens das polícias civil e militar foram colocados de prontidão e, uma parte deles foi logo colocada em ação na

Guanabara. Logo depois de 22 horas do dia 7 começou a caça aos trabalhadores. As 24 horas, 12 viaturas chegaram à Polícia Central trazendo 82 presos nos diversos sindicatos das categorias em greve. Estes, depois de passarem pela PC, foram conduzidos ao Alto da Boa Vista, onde continuam detidos.

Entre os trabalhadores presos às primeiras horas do dia 8, figuram José Monteiro da Silva, presidente do Sindicato dos Carpinteiros Navais; Temístocles Batista, presidente do Sindicato dos Ferroviários; e José Ribeiro da Silva, presidente do Sindicato dos Foguistas.

## Aparato policial

Numerosos contingentes da Polícia Militar ocuparam nos primeiros momentos

da greve as estações ferroviárias da Guanabara, o Porto e a estação de barcas no Rio e Niterói. Após o decreto presidencial de intervenção nas ferrovias, no porto e nas companhias de navegação, forças do Exército se movimentaram para ocupar as instalações das empresas atingidas pelo decreto. No período da manhã do dia 8, tropas do Exército já se movimentavam para proceder à ocupação.



Barca, só da marinha

O pessoal das barcas não esperou zero hora: quinze minutos antes abandonaram o trabalho. No dia seguinte a greve no setor era total e os usuários do serviço tiveram de se contentar com lanchas da marinha.

## Nota Sindical

## O Golpe Articulado Contra a Previdência

Os dirigentes da CNTI, CNTC, CNTTT e CNTMEFA (esta é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, que ninguém conhece, mas dizem que existe), promoveram uma sordida manobra juntamente com os agentes do sr. João Quadros e a complacência do ex-ministro Batista Ramos, e elegeram entre os seus mandatários os representantes dos trabalhadores junto ao Departamento Nacional da Previdência Social, Conselho Superior da Previdência Social, SAPS e SAMDU.

Os delegados-eleitores da Federação Nacional dos Marítimos, Federação Nacional dos Estivadores, Federação Nacional dos Portuários e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, que anteriormente haviam recebido autorização do próprio Ministério do Trabalho para votar, tiveram cassado o seu direito de voto. O golpe, dado de surpresa para assegurar uma vitória tranquila aos chamados «pelegos» ávidos de dinheiro e de posições influentes, provocou a imediata reação dos representantes da Confederação dos Bancários, da Federação dos Jornalistas, do Sindicato dos Aeronautas e do delegado da Federação dos Trabalhadores nas Empresas Telefônicas, que denunciaram a farsa eleitoral, o esbulho da autêntica representação dos trabalhadores e se retiraram do colégio eleitoral.

Embora se mostrassem eufóricos com a promoção da farsa eleitoral, onde puderam distribuir, tranquilamente, entre os seus 15 pupilos, os 16 cargos reservados aos representantes dos empregados no DNPS, CNPS, SAPS e SAMDU, os gozadores da CNTI, CNTC, CNTTT e CNTMEFA não foram senão meros instrumentos de uma trama articulada no próprio Ministério do Trabalho com a participação direta de emissários do governador Carvalho Pinto, que interferiu diretamente na questão, dando início ao populado reinado da «limpeza na previdência social, varrendo o lixo para dentro de casa».

E certo que não se pode negar méritos aos srns. Holanda Cavalcanti, Ari Campista, Angelo Parmiglianni, Sindulpho Pequeno e Alfredo Nunes, para se manterem eufóricos diante daquele esbulho, que eles consideram uma grande vitória de sua liderança nos órgãos sindicais de cúpula.

Vitória para esses homens é sinônimo de golpe nas mais legítimas aspirações das massas trabalhadoras. A primeira vitória da CNTI foi a organização da trama contra a candidatura de Benedito Cerqueira, administrador desaprovado e autêntico líder dos operários da indústria, e a eleição, em seu lugar, de homens de má reputação entre os trabalhadores. A vitória da CNTTT foi a eleição do desmoralizado Sindulpho para o Conselho Fiscal do SAMDU. A mais importante vitória, entretanto, foi a do sr. Alfredo Pereira Nunes, presidente de uma entidade fantasma, que foi eleito para o DNPS, como representante dos trabalhadores, marítimos, aeronautas, estivadores, portuários e aeroviários, sem que tivesse contado com um só voto desses trabalhadores.

Mas os trabalhadores, empenhados em eleger os seus verdadeiros líderes, ou, pelo menos, os mais identificados com os seus interesses, para integrarem os órgãos colegiados dos IAPs, deram uma resposta arrasadora nos aroveitamentos das cúpulas sindicais e elegeram os seus próprios candidatos para representá-los nas juntas de Julgamento e Revisão, onde as eleições foram ditas. Todos os dirigentes sindicais da Guanabara que permaneceram no III Congresso Sindical Nacional, mantendo-se fiéis aos interesses das massas trabalhadoras, entre os quais os líderes Plínio Alves e Adauto Rodrigues (IARI), Francisco Alves dos Santos e Mecando Raebid (IAPTC), Lincoln Gomes Pereira (IAPB) e Jaime Corrêa da Silva (IAPC) foram eleitos para as Juntas de Julgamento e Revisão dos respectivos Institutos. Essa foi a primeira resposta dos trabalhadores que compreendem, cada vez mais, a necessidade de uma política unitária pela base, em torno dos seus reais interesses, para desmascarar e levar a zero hora definitiva a todos aqueles que insistem em transformar as cúpulas sindicais e os demais cargos de representação classista em agrupamentos de gozadores a serviço dos inimigos das massas assalariadas.

Nilson Azevedo



BRASILIA

# Deputados Apontam JK Como Responsável Pela Greve: Paridade Até Sábado

Brasília, 8 (do Correspondente) — Segundo tudo indica o projeto de paridade de vencimentos entre civis e militares deverá ser aprovado no Senado provavelmente no sábado, ou então nos primeiros dias da próxima semana. O projeto, que ontem recebeu parecer das Comissões da Câmara Federal, deverá ser aprovado na sessão vespertina de amanhã pelo plenário desta Casa, segundo promessa do líder Abelardo Jurema.

O líder da Maioria, que desde o início do movimento parolista vinha articulando negociações no sentido de justificar a ação do Executivo e da própria maioria do Legislativo em relação aos acontecimentos, entabulou negociações com

o deputado João Agripino, líder da UDN, tentando conseguir a aprovação do mesmo para o seu desejo de retirar a emenda ao projeto que favorecia ferroviários, marítimos e portuários. Por outro lado, segundo se sabia ontem em Brasília, após a eclosão da crise, o ministro Falcão passou a manter contato permanente com o Ministério da Guerra e com destacados elementos da oposição, tentando organizar cobertura para as medidas de repressão que planejava aplicar contra os trabalhadores em greve. Os rumores sobre a decretação do estado de sítio circulavam insistentemente nos círculos políticos desta capital, e muitos esperavam para a tarde de ontem a che-

gada, ao Congresso, da mensagem presidencial solicitando a medida. Até o fim da tarde esta não chegara, como também os resultados da reunião ministerial que se realizava na Guanabara.

### Denúncias na Câmara

Os acontecimentos que culminaram com a eclosão da greve foram o tema central da sessão de ontem da Câmara. O deputado Aurélio Viana, em longo discurso constantemente apertado, traçou o quadro da situação e responsabilizou frontalmente o governo federal pela situação a que se chegara. Lendo em plenário o manifesto divulgado pelo comando da greve no

dia 4 último, mostrou que trabalhadores que se dirigiam daquela maneira às autoridades e ao povo não pretendiam praticar ilegalidade e nem coagir os parlamentares.

Respondendo a um aparte do líder da Maioria, que tentou justificar a ação do governo e o retardamento da discussão do projeto na Câmara Federal, o deputado Aurélio Viana afirmou que os únicos responsáveis pelo que agora sucedia eram as autoridades federais. Acusou o ministro da Justiça, o ministro do Trabalho e o chefe de Polícia de, com suas ameaças e pela aplicação de métodos violentos, terem transformado uma greve de advertência num movimento dessas proporções.

### Solidariedade do PTB

Em aparte ao discurso do parlamentar alagoano, o deputado Artur Virgílio, líder do PTB na Câmara, manifestou o ponto de vista oficial da bancada do seu partido a respeito dos acontecimentos.

Disse o deputado petebista que seu partido entendia não ter havido ofensa por parte dos trabalhadores quando decretaram a greve. Estavam usando um seu direito, revoltados com a forma pela qual estavam sendo tratadas as suas reivindicações. Após solidarizar-se com os trabalhadores em greve, declarou que o PTB não concordava e repudiava os métodos policiais adotados pelo ministro da Justiça contra os trabalhadores.

Arescentou ainda que o PTB não concordará com qualquer medida de exceção que venha ser pretendida do Congresso.

Durante a sessão da Câmara, o deputado Menezes Côrtes anunciou a retirada do seu substitutivo ao projeto de paridade.

### Delegação de grevistas

Os dois representantes dos trabalhadores em greve que se encontram nesta capital, srs. Nelson Mendonça e Geraldo Matos, mantiveram contato com os deputados federais, ocasião em que denunciaram veementemente as violências policiais e a prisão de trabalhadores na Guanabara.

Mantiveram uma longa entrevista com o deputado Abelardo Jurema, que lhes pediu intercedessem junto aos trabalhadores em greve para que o movimento cessasse após a aprovação na Câmara do projeto. Os líderes sindicais fizeram então sentir ao líder da maioria que a batalha só terminará quando o projeto for aprovado pelo Senado e mais, que só poderão levar o pedido à assembleia quando tiverem, do governo, a promessa de libertação de todos os presos, o cancelamento dos processos de demissão dos trabalhadores em greve, e o cancelamento de todas as ameaças e medidas de violação das liberdades democráticas, como a mobilização nos sindicatos, a mobilização militar dos trabalhadores, etc.

## Panorama Pio Correia dá o Tom do Fim de Governo

A permanência do sr. Pio Correia na chefia do Departamento Político do Itamarati e um dos exageros que antecem este fim de governo do sr. Kubitschek. Aparentemente, tratase de um novo burocrata, sem apoios políticos e sem vinculações com grupos econômicos que o tornassem figura preciosa aos olhos do Presidente da República, e a quem, por isso mesmo, o sr. Kubitschek não poderia hesitar em demitir, ante a menor dificuldade que causasse ao seu governo.

O que se vê, entretanto, é que o governo está pagando, sem aparentar qualquer queixa ou irritação, os pesados ônus políticos da orientação fascista e desastrosa que o sr. Pio Correia está imprimindo no Ministério do Exterior, onde ele age como se tivesse posto no bolso o próprio ministro Lafer e fosse, na realidade, o titular da Pasta. Em poucos meses, o sr. Pio Correia já foi alvo de duas campanhas cerradas da imprensa — campanhas que tiveram curso inclusive em órgãos da imprensa «sadia», como o «Correio da Manhã» e o «Jornal do Brasil»; em ambas as ocasiões, no entanto, a coragem da indiferença e do silêncio do sr. Kubitschek o deixaram a salvo das críticas.

Primeiro, foi o caso dos «vistos» nos passaportes de cubanos. O sr. Pio Correia pretendia que só ele, como chefe do Departamento Político da rua Larga, teria autorização para permitir, ou não, a vinda de qualquer cubano ao nosso país. A discriminação contra Cuba era tão evidente que, alarmado pela grita da imprensa, o sr. Kubitschek viu-se obrigado a intervir pessoalmente, para anular a circular distribuída pelo Itamarati às Embaixadas no exterior. Mas ficou nisso a «intervenção energética» do presidente, contra o funcionário que tentara usurpar as suas funções.

Agora, é o caso dos delegados argentinos. O sr. Pio Correia sai desse episódio completamente desmoralizado e aviltado. Ficou fartamente provado, pela imprensa, que ele, além de portar-se como um agente descarado do colonialismo francês, é um mentiroso vulgar.

O sr. Pio Correia mentiu, com efeito, ao afirmar, para a imprensa, que nada tinha a ver com a tentativa policial de barrar a entrada no país aos delegados do Governo Provisório Argentino. Alguns jornais inclusive publicaram trechos inteiros de sua memorial «segreto e urgente» ao Chefe de Polícia, pedindo-lhe, em nome do Itamarati, que v. excia, impeça, mesmo com força policial, o desembarque dessa missão.

Mesmo a imprensa de qualquer já acha que cassim também é demais. O sr. Pio Correia não guarda nem as aparências e faz com que o governo brasileiro, em sua política externa, surja como um incondicional eudatório do que há de pior no imperialismo e na reação mundial — seja a de Washington, seja a de Londres, ou a de Paris. O governo brasileiro é o único em todo o mundo que após qualquer dificuldade à missão de bon vontade dos delegados argentinos, e essa triste notoriedade é incômoda, mesmo para a imprensa «sadia».

Não é entretanto difícil explicar porque o sr. Kubitschek mantém essa peça aparentemente desgastada e facilmente substituível do seu governo, que é o sr. Pio Correia. O chefe do Departamento Político do Itamarati é apenas um «cabeça quente», que às vezes é útil, mas em tudo o resto ele se enquadra perfeitamente na máquina que comanda a política externa do governo.

Ele não é mais reacionário, ou mais fanático do colonialismo do que os outros, por exemplo, do que os responsáveis pelo Conselho de Segurança Nacional, que também de velar a vinda ao Brasil de um conjunto tolerante de «chiffes» soviéticos, sob a alegação ridícula e inverídica de que as estrelas e astros do «Bolshev» quando aqui vieram desempenharam atividades de espionagem. E sua atitude em relação aos argentinos em nada difere da que tem orientado os votos da delegação brasileira na ONU, sistematicamente contrários ao povo cubano e favorável aos imperialistas, norte-americanos, embora a imprensa «sadia», neste caso, nada ache de dizer.

Mais grave ainda é o fato de que as atitudes condenadas do sr. Pio Correia em pouco ou nada diferem, quanto aos princípios que a ditam, da tomada agora pelo sr. Armando Falcão, frente à greve dos trabalhadores marítimos e ferroviários. Elas apenas realçam e dão cores mais vivas ao festival de reação e entreguismo com que o sr. Kubitschek, com todo o seu governo, parece querer terminar o seu mandato.

Renato Arêns

# Govêrno Escolhe o Caminho da Provocação e do Ridículo

A opinião pública nacional tem tido todos os motivos de apreensão, quanto aos rumos por que se encaminha o governo, na atitude e nas medidas tomadas pelo sr. Kubitschek e seus ministros, em relação à greve dos trabalhadores marítimos e ferroviários. Desde o início do movimento a atitude do govêrno se tem caracterizado pela provocação, pelas tentativas de intimidação e por um espírito policial ao puro «estilo Frondizi».

Essa atitude reacionária e provocadora do govêrno se revela no próprio processo de deflagração da greve. Podendo evitá-la, desde que concedesse a paridade tantas vezes prometida aos funcionários e trabalhadores em autarquias, o govêrno pareceu estimular o movimento. Deu corda solta a todas as manobras de sabotagem ao projeto de lei, no Congresso, e adiou sucessivamente a data prometida de aprovação do projeto, embora conhecendo a situação aflitiva a que a vaga de carestia levou a grande massa de trabalhadores e assalariados.

Ao invés de empenhar-se pela aprovação da paridade, que teria evitado a greve, o sr. Kubitschek mudou o seu ministro do Trabalho, para facilitar a repressão policial à greve. O sr. Batista Ramos, que era um ministro vinculado a interesses políticos sensíveis à pressão dos trabalhadores, não serviu mais para os planos do presidente da República; para executá-los, ele colocou na Pasta o velho policial e elemento de confiança do patronato e da reação no Ministério do Trabalho, Alyrio Coelho, cujo completo desligamento da política partidária é um fator de eficiência no papel de agente de repressão que lhe foi reservado pelo govêrno.

A primeira intervenção do sr. Alyrio Coelho como Ministro já é prova suficiente do caráter policial e provocativo de sua missão no govêrno: as calúnias e ameaças que dirigiu aos trabalhadores, na assembleia do Teatro João Caetano, representaram uma verdadeira instigação à greve, pois os trabalhadores ficaram diante da única alternativa de ceder à brutal intimidação, ou ir para a greve por tempo indeterminado.

A própria nota oficial do govêrno, decretando a «ilegalidade» da greve, foi outro ato de provocação e intolerável intimidação. O govêrno não apresentou argumento algum para que a greve fosse considerada ilegal — uma greve absolutamente pacífica, programada com muitas semanas de antecedência, em torno de uma reivindicação cuja legitimidade foi reconhecida pelo próprio govêrno. Uma greve, portanto, estritamente dentro do princípio constitucional que assegura aos trabalhadores o direito de recorrerem a ela.

O documento oficial não se limitou, entretanto, à absurda afirmação de ilegalidade. Numa provocação onde não se sabe o que é maior, se o ridículo ou a falta de respeito para com o povo, a nota do govêrno pretendeu lançar sobre a greve a suspeita de que fosse «dirigida do exterior». O Chefe de Polícia, em entrevista à imprensa, forneceu o único argumento sobre o qual se baseia a «suspeita» do govêrno: a quase coincidência de datas, entre o aniversário da Revolução Russa (7 de novembro) e o início da greve (8 de novembro).

É quase incrível que um govêrno, que pretende não ser de opereta, possa afirmar tamanha tolice.

Com base em seu argumento, também o Congresso Nacional dos Banqueiros — este por maior razão, pois foi instalado efetivamente na mesma data da Revolução Russa — em realização no Rio, também visou a «comemorar» aquela vitória da classe operária russa. Da mesma forma que a enorme «seresta», promovida pelo «Festival do Rio» na noite do dia 7 — e precisamente no Largo da Carioca, palco tradicional de muitas lutas dos trabalhadores e do povo guanabariño! Ou será que os trabalhadores estão proibidos de sair de casa, nos primeiros quinze dias de novembro?

Sejam quais forem as suas últimas intenções, o sr. Kubitschek e seus mandados parecem decididos a não temer nem o ridículo, nem a violação das liberdades democráticas. Promovem prisões em massa de líderes sindicais, ameaçam com o estado de sítio, com a intervenção nos sindicatos, com a mobilização militar dos trabalhadores. E é significativo que eles se apoiem, para isso, num decreto da ditadura, que a Constituição de 46 tornou ilegal — o famigerado 9.070. Mas a atitude corajosa e firme dos trabalhadores marítimos e ferroviários de todo o país, que souberam enfrentar com serenidade e brio essa onda de provocações, é um indicio claro de que a classe operária e o povo brasileiro não se deixarão vencer pela política reacionária e policesca adotada pelo govêrno e, muito ao contrário, saberão defender os seus legítimos direitos que, nesta hora, traduzem os interesses de toda a Nação, pela preservação do regime e pelo respeito às liberdades democráticas

## Estudantes e Povo Solidários Com a Revolução Cubana

Os estudantes do Rio, tendo a UNE à sua frente, demonstraram, mais uma vez, o apoio da mocidade brasileira à obra revolucionária de Fidel Castro. Realizaram, no dia 4, um ato de solidariedade a Cuba, que se caracterizou pelo seu caráter educativo e pitoresco. Isto se refletiu nas faixas, nas músicas cantadas durante a passeata e, finalmente, na peça Patria ou Morte, escrita por Oduvaldo Viana Filho.

A palavra-de-ordem mais ouvida durante toda a manifestação foi «Cuba sim, Ianques não». Os cartazes visaram principalmente a desmascarar o malabarismo da «gente bem» do Itamarati, os Pio Correia, os Lafer, etc. Dois cartazes eram, nesse sentido, bem expressivos. Um sobre Lafer: ao lado dos dizeres «Lafer, a voz do dono», o desenho de um megafone antigo usado como marca registrada de uma firma americana. Outro sobre o diplomata Pio Correia que dizia «Cuba Livre, para mim, só no Sacha's».

Com a representação da peça de Oduvaldo Viana Filho (que publicaremos na íntegra no próximo número de Novos Rumos), nas escadarias do Municipal, foi encenada a manifestação estudantil.

### Plebiscito preparou a manifestação

Durante a preparação da passeata a UNE organizou um inquérito, a fim de testar o estado de espírito dos estudantes em relação à revolução cubana. Cerca de 3.000 questionários contendo várias perguntas foram distribuídos pela UNE nos Refeitórios da Faculdade de Medicina, no Pentágono e no Calabouço a fim de serem respondidas pelos estudantes que aí, diariamente, fazem suas refeições. As respostas foram dadas no decorrer do dia 4 último. Somente agora começam a ser apurados e selecionados os resultados obtidos naquele original plebiscito estudantil.

Na Faculdade de Medicina, os estudantes mesclaram às respostas novas perguntas e respostas relacionadas com as mais diferentes reivindicações estudantis, dificultando desse modo os objetivos que se tinha em vista apurar. Já no Calabouço, as coisas correram melhor. As perguntas foram devidamente respondidas havendo um pronunciamento em massa a favor da revolução em Cuba e contra a intervenção nesse país.

O plebiscito constituiu um importante elemento de mobilização para a manifestação do dia 4.

# Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Cedendo a imposições de setores reacionários de seu govêrno, o sr. Kubitschek lançou a excomunhão maior sobre a greve dos marítimos, portuários e ferroviários. Representantes dos Ministérios da Justiça, da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, depois de vasta especulação exegetica, chegaram à dótila conclusão de que, reivindicando a paridade de vencimentos de civis e militares e, tentando alertar o Congresso, por meio da greve, os marítimos, portuários e ferroviários ameaçavam a própria estabilidade do regime. Isso foi expresso em nota oficial, ao mesmo tempo ridícula e provocativa.

As manobras repressivas dos setores reacionários do govêrno, além de antidemocráticas, desmoralizam o próprio poder público, o próprio Estado, como instituição. Vão mais longe, essas manobras: conduzem as forças armadas a assumir o papel antipático de impedir, pela violência e usando armas que lhes são confiadas para outros fins, que os servidores civis lutem, segundo os meios de que dispõem, pela equiparação de seus veneci-

mentos aos dos militares, quando se sabe que a carestia não faz distinções, quando se sabe que as tabelas de preços, nos armazéns, quitandas e feiras-livres, subindo sem parar, atingem igualmente o bolso de cidadãos de qualquer categoria.

Tudo na vida, porém, apresenta lados positivos. Até a fragilidade de espírito de homens da categoria do sr. Juscelino Kubitschek, sempre inclinados a ceder a influências, extirpadas e pressões. Sem ter a menor ideia do que estava fazendo, o risonho JK das aventuras lisboetas, demonstrou, ao excomungar a greve dos marítimos, portuários e ferroviários, que não pode haver senão liberdade relativa (não raro substituída pela repressão pura e simples da liberdade), onde exista a exploração de uma classe por outra. Com efeito, podem alguns propagandistas vociferar à vontade sobre as excelências da democracia do chamado «mundo livre». Certas horas entretanto, o que se vê é que a contradição existente onde há exploração do homem pelo homem, suprime, de fato, por vários modos as liberdades democráticas, passando por

cima das constituições. Assim, em regimes do tipo do que temos no Brasil, as liberdades em muitos casos são meramente formais, enquanto que a dominação de uma classe sobre outra, representa a crua realidade.

Segundo a decisão macartista do govêrno a respeito da greve pela paridade de vencimentos, os grevistas assumiram atitude subversiva mediante a paralisação do trabalho. Acontece, porém, que a greve é sempre uma atitude de luta, e sempre um ato de não conformismo, em nosso caso legal e garantido pela Constituição. Assim, na prática, subversiva é a decisão do govêrno ao violentar e suprimir o direito que assiste a qualquer categoria de trabalhadores de recorrer à greve. E mais «subversiva» ainda é essa decisão, do ponto de vista do macartismo porque aponta as próprias massas, o caminho a seguir: o da luta organizada em defesa do respeito a Constituição, que o macartismo põe em perigo.



Batedores abrem caminho

Os estudantes resolveram não levar em conta a determinação arbitrária do chefe de polícia que proibiu a realização de cartazes durante as demonstrações do dia 4. Os cartazes foram um dos pontos altos da passeata que, nem por isso, deixou de ter à frente os batedores do Serviço de Tráfego, fato inédito e pitoresco.



DEPUTADO LUCIANO LEPERA:

# "O Projeto de Carvalho Pinto Nada Tem de Reforma Agrária"

O deputado Luciano Lepera pronunciou longo discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo examinando o projeto de "revisão agrária" do sr. Carvalho Pinto, considerando-o demagógico, destinado a influenciar as massas populares e sem nenhuma identidade com os reais interesses das camponeses. A seguir, adiantou que sem nenhum radicalismo, examinara a proposta e considerara, como o fizera também o Secretário da Agricultura, a iniciativa de governar uma simples revisão tributária e não, propriamente, um estatuto de reforma agrária, tão necessário ao país. Apesar disso, considerava importante que já se discutisse a questão agrária na Assembleia Legislativa de São Paulo e que governadores de outros Estados estivessem anunciando medidas no mesmo sentido, de caráter legislativo. Esse seria, ao seu ver, o aspecto historicamente progressista da iniciativa, pois ela colocava na ordem do dia, nas casas parlamentares, uma questão da maior importância para o progresso do Brasil.

Depois de outras considerações, na sua maioria de denúncia da situação de miséria das massas camponesas de São Paulo, Luciano Lepera referiu-se a uma série de emendas de sua autoria e de iniciativa de outros parlamentares com o sentido de dar ao projeto governamental um conteúdo mais em consonância com a realidade brasileira. Finalmente, o combativo parlamentar de Ribeirão Preto apresentou à Casa um substitutivo ao projeto de sr. Carvalho Pinto, nos seguintes termos:

## Substitutivo ao Projeto de lei n. 154-60

Artigo 1.º — O Estado incentivará e facilitará a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único — Considera-se pequena propriedade rural a que possuir área não excedente a 50 (cinquenta) hectares, destinada à exploração direta pelo agricultor ou criador.

Artigo 2.º — Para efetivação do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a:

I — promover o aproveitamento de terras de propriedade do Estado, mediante loteamento;

II — desapropriar, para fins de loteamento, terras cultiváveis, não cultivadas ou pouco cultivadas, localizadas de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação;

III — adquirir, mediante compra ou doação, terras cujas características e situação justifiquem o seu aproveitamento para os fins desta lei.

Parágrafo único — O loteamento previsto neste artigo será feito em áreas não superiores a 250 (duzentos e cinquenta) hectares, no prazo de 2 anos a contar da data da promulgação desta lei no caso do item I e de 2 (dois) anos a contar da data da desapropriação ou aquisição, no caso dos itens II e III.

Artigo 3.º — As desapropriações de que trata a presente lei incidirão preferentemente sobre as terras que não cumpram sua função social, na seguinte ordem:

I — as propriedades agrícolas, com qualquer área ou produtividade, pertencentes a firmas ou consórcios estrangeiros, que remetam lucros ou dividendos para o exterior;

II — as propriedades exploradas por arrendatários;

III — as propriedades exploradas e cultivadas sem a orientação técnica e racional, oficializada, que prevê:

a) medidas conservacionistas do solo;

b) aplicação de adubos e correção física do solo;

c) emprego de sementes selecionadas;

d) práticas de cultura racional de modo a obter maior produção por área cultivada;

IV — as terras destinadas ao pastoreio em que na invernação não sejam cultivadas plantas forrageiras (alfafa, trevo e leguminosas) em associação com as gramíneas, devidamente adubadas com práticas conservacionistas do solo;

V — as propriedades em que o proprietário não seja residente nas mesmas.

Artigo 4.º — O Poder Executivo estabelecerá os planos de loteamento e venda das terras.

§ 1.º — Em cada lote será construída uma casa de residência de alvenaria e coberta de telhas, com um mínimo de espaço e conforto para famílias pequenas, médias e grandes, instalações sanitárias e sempre que possível dispondo de energia elétrica e água encanada, bem como se edificarem benfeitorias básicas, conforme o plano oficial de aproveitamento, como cercas, estábulos, poçóis, galinheiros e palcos;

§ 2.º — Nos loteamentos serão reservadas áreas para:

I — campos de produção de sementes e mudas e demonstração;

II — reforestamento, formação de parques florestais e abrigos para a fauna silvestre;

III — localização de colônias-escola, armazéns e silos, postos agropecuários, cooperativas, clubes culturais e recreativos, templos religiosos, campos esportivos, ambulatórios médicos e dentários e outras obras públicas e sociais.

Artigo 5.º — A venda dos lotes poderá ser feita à vista ou a prazo, este não superior a 20 (vinte) anos.

Artigo 6.º — O preço para a venda dos loteamentos feitos com as terras de propriedade do Estado ou por este adquiridas por doação, nos termos do artigo 2.º desta lei, será equivalente a 10% (dez por cento) do valor médio da terra na região, mais as despesas com os serviços de loteamento e outras melhorias realizadas pelo Estado,

Parágrafo único — Para a aquisição destes lotes fica estabelecida a prioridade absoluta para os pretendentes que preencham as condições estabelecidas no item I do artigo 13 desta lei e que possuam filhos menores.

Artigo 7.º — O preço para a venda dos loteamentos feitos com as terras desapropriadas ou adquiridas mediante compra, pelo Estado, nos termos do artigo 2.º desta lei, será equivalente ao valor declarado para fins fiscais, no corrente ano, mais as benfeitorias existentes no imóvel e melhoramentos introduzidos no loteamento.

Artigo 8.º — Nas vendas a prazo, o pagamento do preço será feito em prestações anuais, pela forma seguinte:

I — a primeira prestação até o fim do primeiro ano agrícola;

II — as demais prestações, no fim dos anos agrícolas subsequentes, até a última.

§ 1.º — As prestações serão calculadas de tal forma que o adquirente pague, nos primeiros 5 (cinco) anos, 20% (vinte por cento) do preço; nos 10 (dez) anos seguintes, 50% (cinquenta por cento) do preço e nos últimos 5 (cinco) anos, 30% (trinta por cento) do preço.

§ 2.º — Nos casos em que a venda a prazo for por período inferior a 20 (vinte) anos, as prestações serão calculadas obedecendo ao critério estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3.º — O ano agrícola contar-se-á de 1.º de setembro a 31 de agosto do ano seguinte.

§ 4.º — As prestações serão acrescidas de juros, calculados a taxa de 4% (quatro por cento) sobre o saldo devedor.

§ 5.º — As prestações em atraso ficam sujeitas a multa de 5% — (cinco por cento) sobre o respectivo valor, excetuados os atrasos motivados por calamidades naturais.

§ 6.º — Vendidas e não pagas 3 (três) prestações consecutivas, far-se-á a devida notificação ao adquirente para a rescisão do contrato, restituindo-se o que houver pago, previamente deduzida, a título de aluguel pela posse do imóvel, a importância fixada em regulamento. As benfeitorias consideradas incorporadas ao imóvel, sendo o adquirente indenizado pelo custo das mesmas.

§ 7.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos nos quais os motivos do atraso foram causados por calamidades naturais.

Artigo 9.º — Os contratos de aquisição de lotes outorgados pelo Estado ficam isentos de imposto sobre transmissão de propriedade e imobiliária "inter-vivos", selos, custas e emulmentos.

Artigo 10.º — Os contratos de venda ou de promessa de venda dos lotes ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I — ser iniciada, no prazo de 6 (seis) meses da data do contrato, a exploração do imóvel;

II — residir o adquirente com sua família no lote, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e explorá-lo diretamente, podendo, quando necessário para suprir as deficiências do trabalho familiar, contratar assalariados;

III — apresentar no fim de 3 (três) anos o lote racionalmente e intencionalmente explorado, segundo normas fixadas pela Secretaria da Agricultura.

Parágrafo único — Será de 6 (seis) meses, contados da data do contrato, o prazo para o adquirente instalar-se no imóvel, nele fixando residência.

Artigo 11.º — Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições estabelecidas no artigo anterior, restituir-se-á ao adquirente o que houver pago, previamente deduzida, a importância fixada em regulamento. As benfeitorias feitas consideram-se incorporadas ao imóvel, indenizando-se o adquirente pelo custo das mesmas.

Parágrafo único — No cálculo do "quantum" a ser restituído não se computarão os juros e multas pagos pelo adquirente.

Artigo 12.º — Os lotes somente poderão ser vendidos a pessoas que não possuam imóvel rural, no próprio nome, no do cônjuge ou de filhos menores.

Artigo 13.º — Terão preferência para a aquisição de lotes, sucessivamente:

I — os que se dedicam a atividades agrícolas ou de criação na condição de arrendatários, parceiros ou assalariados;

II — os que possuam propriedades de área inferior a 50 (cinquenta) hectares;

III — os diplomados em cursos técnicos de agronomia, de qualquer grau;

IV — os que tenham completado pelo menos um ano em escolas de agricultura, inclusive como assalariados;

V — os que a qualquer título tenham prática de trabalhos agrícolas ou de criação;

VI — os que desejem iniciar-se em atividades agrícolas;

VII — os que tenham integrado a Força Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único — Em cada classe terão preferência os chefes de famílias mais numerosas.

Artigo 14.º — Os adquirentes de lotes só poderão aliená-los, arrendá-los, ou por qualquer forma ceder, no todo ou em parte, o seu uso, depois de decorridos 5 (cinco) anos da celebração do contrato, mediante autorização da autoridade competente.

Artigo 15.º — O fracionamento dos lotes somente será permitido em casos excepcionais e a juízo da Comissão Estadual de Reforma Agrária.

Artigo 16.º — A extração de madeiras e subprodutos de árvores existentes no lote, dependerá de prévia autorização da Comissão Estadual de Reforma Agrária.

Artigo 17.º — Anualmente serão conferidos prêmios aos adquirentes de lotes que apresentarem melhor índice de aproveitamento, segundo as normas técnicas fixadas pela Secretaria da Agricultura.

Artigo 18.º — Os adquirentes de lote e os possuidores de propriedades rurais de área superior a 50 (cinquenta) hectares, terão preferência:

I — na obtenção de crédito em estabelecimentos oficiais do Estado,

para custeio de suas atividades agrícolas;

II — na execução dos serviços de conservação do solo, drenagem, irrigação e irrigação, realizados pela Secretaria da Agricultura.

Artigo 19.º — Será organizada uma cooperativa agrícola mista para cada grupo de lotes de terras compreendendo 1 (hum) mil alqueires, destinadas à venda da produção agrícola, aquisição de máquinas e outras atividades afins.

Artigo 20.º — Ficam criados os Postos de Preparo Mecânico do Solo, subordinados à Divisão de Fomento Agrícola da Secretaria da Agricultura.

§ 1.º — Os Postos serão localizados em todos os municípios onde haja Casa da Lavoura ou em convênio com as Prefeituras Municipais.

§ 2.º — A assistência técnica e a fiscalização serão feitas pelo Agrônomo Regional, o qual fará um levantamento de todas as áreas a serem cultivadas.

§ 3.º — Os Postos atenderão prioritariamente aos arrendatários, meeiros e proprietários de áreas não superiores a 30 (trinta) alqueires.

§ 4.º — Como incentivo ao aumento da produção de gêneros alimentícios será cobrado unicamente 50% (cinquenta por cento) do custo dos serviços prestados pelos Postos em tais áreas, podendo a referida importância ser financiada pelos estabelecimentos oficiais do Estado.

§ 5.º — Junto a cada Posto pré-criado será mantido um serviço de fornecimento gratuito de sementes selecionadas.

Artigo 21.º — Para a efetivação das medidas previstas nos itens I e II do artigo 2.º desta lei, a Comissão Estadual de Reforma Agrária iniciará, dentro de 3 (três) meses, o reatamento das terras de propriedade do Estado e a organização do cadastro territorial do Estado.

§ único — Concomitantemente com o reatamento das terras do Estado serão fornecidos aos ocupantes de terras devolutas os títulos de propriedade das áreas ocupadas, até o limite máximo de 50 (cinquenta) hectares.

Artigo 22.º — Fica criada, junto ao Governo do Estado, a Comissão Estadual de Reforma Agrária, que será integrada por 3 representantes da Secretaria da Agricultura, um dos quais será o titular da Secretaria; 1 representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; 1 representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; 1 representante da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e um representante do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

§ 1.º — A Comissão Estadual de Reforma Agrária será presidida pelo titular da Secretaria da Agricultura.

§ 2.º — Dentro de 30 dias da promulgação desta lei o governador nomeará os integrantes da Comissão.

§ 3.º — Os integrantes da Comissão membros das entidades de classe enumeradas neste artigo serão indicados pelas respectivas Direções.

Artigo 23.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei o orçamento do Estado consignará, anualmente dotação equivalente à receita correspondente ao imposto territorial rural, suas majorações, e à renda proveniente da venda de lotes, incluídos juros, multas e aluguéis.

Parágrafo único — A dotação será considerada automaticamente empenhada, ficando as despesas realizadas sujeitas à prestação de contas na forma da legislação vigente.

Artigo 24.º — A dotação a que se refere o artigo anterior será utilizada:

I — Até o limite de 70% (setenta por cento) na efetivação das medidas previstas nos artigos 2.º e 3.º desta lei e bem assim nos serviços com elas relacionados, inclusive de planejamento e assistência técnica às propriedades rurais, sendo essa última integralmente gratuita para as propriedades de áreas até o limite máximo de 50 (cinquenta) hectares;

II — Até o limite de 15% (quinze por cento) nos trabalhos de florestamento e reforestamento;

III — Até o limite de 15% (quinze por cento) nos trabalhos de conservação do solo, drenagem e irrigação.

Parágrafo único — A verba prevista no item II será utilizada em trabalhos a serem realizados em todo o território do Estado.

Artigo 25.º — A Secretaria da Fazenda depositará, mensalmente, no Banco do Estado de São Paulo S.A., em contas especiais sob a forma de adiantamentos, importâncias equivalentes aos duodécimos das dotações referidas nos itens I, II e III do artigo anterior. As contas serão movimentadas pela Comissão Estadual de Reforma Agrária.

Artigo 26.º — O imposto territorial rural passa a ser cobrado de acordo com as taxas seguintes:

Imóvel até 100 hectares ..... 2%

Imóvel de mais de 100 até 500 hectares ..... 3%

Imóvel de mais de 500 até 1.000 hectares ..... 6%

Imóvel de mais de 1.000 até 5.000 hectares ..... 7%

Imóvel de mais de 5.000 hectares 8%

Parágrafo único — Consideram-se um só imóvel as superfícies territoriais lançadas em nome do mesmo contribuinte ou de filhos menores.

Artigo 27.º — As taxas previstas no artigo anterior serão deduzidas de 40% (quarenta por cento), se a propriedade agrícola tiver área cultivada superior a 90% (noventa por cento), de sua extensão total.

§ 1.º — Para efeito da dedução prevista neste artigo equiparam-se às áreas cultivadas as pastagens formadas e em boa conservação, matas naturais e as ocupadas com benfeitorias que atenderem às condições estabelecidas em regulamento.

§ 2.º — Não serão beneficiadas com a dedução prevista neste artigo as áreas de propriedade de pessoas jurídicas estrangeiras e por estas exploradas.

Artigo 28.º — O imposto será devido em dobro:

I — quando o imóvel, de mais de 50 (cinquenta) hectares, não for aproveitado para fins econômicos ou so-

ciais, em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) de sua área total;

II — quando o imóvel for objeto de exploração agropecuária, sob a forma de arrendamento ou parceria, em extensão superior a 30% (trinta por cento) de sua área total.

Artigo 29.º — O imposto territorial rural fica majorado nas proporções previstas neste artigo, quando a propriedade não possuir pelo menos 15% (quinze por cento) de sua área total coberta por florestas nativas ou artificiais, já formadas ou em formação:

I — no decênio de 1961 a 1970 50%

II — no decênio de 1971 a 1980 60%

III — a partir de 1981 ..... 70%

§ 1.º — Ficam dispensadas da majoração de que trata este artigo as propriedades de área não excedente a 50 (cinquenta) hectares.

§ 2.º — Observado o limite percentual estabelecido neste artigo, não perderão o direito à dispensa da majoração as propriedades cujas matas, mesmo em formação, tenham sido danificadas ocasionalmente, ou reduzidas por motivo de força maior, devidamente comprovado.

§ 3.º — Ocorrendo qualquer das hipóteses a que se refere o parágrafo anterior, o reforestamento deverá, dentro de 3 (três) anos, atingir o índice percentualmente previsto neste artigo, sob pena de cobrança da majoração.

Artigo 30.º — Além das isenções previstas nas leis vigentes, ficam, ainda, isentas do imposto territorial rural:

I — as áreas cobertas por florestas artificiais e as por matas naturais primitivas ou secundárias, já formadas, quando compreendam mais de 20% (vinte por cento) da extensão total da propriedade;

II — as áreas cobertas por florestas declaradas protetoras, nos termos da legislação federal.

Parágrafo único — Fica elevado para 50 (cinquenta) hectares o limite de área previsto no artigo 2.º da Lei n.º 5.440, de 23 de outubro de 1959, para efeito de isenção do imposto territorial rural.

Artigo 31.º — Os contribuintes do imposto territorial rural ficam obrigados a prestar novas declarações para fins de lançamento do tributo, pelo modo e no prazo que forem estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único — As inexistências constantes das declarações, que tenham por fim reduzir a taxa e o montante do imposto, sujeitam o contribuinte à multa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), sem prejuízo do tributo devido.

Artigo 32.º — Nos casos de redução ou isenção parcial do imposto o valor da área beneficiada será proporcional ao da área total do imóvel.

Artigo 33.º — Ficam revogadas as Leis ns. 2.085, de 17 de dezembro de 1952 e 2.628, de 20 de janeiro de 1954.

Artigo 34.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1961.

Artigo 35.º — Revogam-se as disposições em contrário.

## Coluna do Leitor

### Casas de Canitar

De moradores de Canitar, distrito do município de Xavantés, recebemos por intermédio do leitor Roque Pedrosa carta reclamando o cumprimento das promessas de candidato, por parte do sr. Francisco Alves Faria, vice-prefeito daquele município. Diz a carta que o sr. Francisco Faria, quando candidato, prometeu aos moradores de Canitar que construiria casas populares para serem vendidas a prestações e por preços módicos. Eleito, em virtude de suas promessas, o sr. Francisco Faria não falou mais no assunto.

ra em nosso país. Do seu poema, damos a seguir a primeira estrofe:

«Amigo leitor este verso  
Não é um comentário  
Esta palavra não é  
Tirada de VOCABULÁRIO  
É tirada do sentimento  
Do tamanho sofrimento  
Que passa o operário.»

### Universidade dos Povos

O leitor João dos Santos (São Joaquim da Barra — S.P.) pede-nos informações sobre como poderá estudar na Universidade da Amizade dos Povos, em Moscou.

O que podemos adiantar ao leitor é que as matrículas para este ano já estão encerradas, e as aulas começaram em setembro último. Entre os 500 alunos dos mais diversos países desenvolvidos do mundo, encontram-se 30 brasileiros. Para maiores detalhes, o nosso leitor deve dirigir-se à Universidade da Amizade entre os Povos, rua Kalinin, 16 — Moscou — União Soviética.

### Fidel Castro

«Pergunto a V. S. se a direção do jornal não vai publicar com merecido destaque as principais partes do discurso proferido na atual assembleia da ONU pelo líder dos povos contra o imperialismo, dr. Fidel Castro», escreve-nos o leitor Pedro da Silva, de Santa Maria (R. G. do Sul).

Como o leitor deve ter notado, o nosso jornal tem dado toda a cobertura possível dos acontecimentos que se verificam em Cuba, publicando artigos sobre as medidas adotadas pelo governo, discursos de seus dirigentes, etc. Se não publicamos trechos do discurso em questão, isto se deve ao fato de não termos recebido em tempo o seu texto. Mas não deixamos de destacar, em mais de uma vez, a destacada atuação do líder do povo cubano naquela assembleia.

O seu pedido de uma opinião crítica sobre o livro «Diálogo Brasil-URSS», foi encaminhado ao redator indicado.

### Fotografias

«Quanto às fotografias, gostaria de saber se me seria possível receber outras...» escreve-nos o leitor José Rosa de Paiva, de Barreiros (S.P.). Seu pedido será atendido oportunamente.

### Vocação artística

Do operário J. B. Lopes (Santo André — S.P.) recebemos uma cartinha acompanhada de um poema no qual o autor descreve a exploração a que está submetido o trabalhador naquela cidade. Depois de declarar-se possuidor de «vocação artística» e amante do nosso folclore, condena a crescente penetração da música estrangeira.



### Um homem só e triste

Parece um homem só e triste. Não é. Um entre os milhões de camponeses sem terra, a sua tristeza encobre a fome e o sofrimento que lhe acompanham desde a infância, vítima do latifúndio devorante

### Nas bancas de jornais

## MIKOIÁN EM CUBA

Reportagem completa da visita do vice-primeiro ministro da URSS, convidado especial do governo de Fidel Castro para inaugurar a exposição soviética em Havana. Contém fotografias. Preço Cr\$ 40,00

### Pedidos pelo reembolso para

### Editorial Vitória Ltda

Caixa Postal 165/Rio de Janeiro

### Perseguições

Do leitor Macário Santos, presidente do Comitê Lott-Jango de Jarudore (MT), recebemos carta denunciando as violências e arbitrariedades praticadas pelo latifundiário João Pedro Gay e Alípio Marques de Oliveira, contra os camponeses que vivem e trabalham em suas terras. Diante da resistência dos camponeses que não estão dispostos a cederem em seus direitos, o latifundiário Alípio Marques de Oliveira viajou para Curitiba a procura de ajuda política.

Quanto ao folheto do deputado Francisco Julião, infelizmente não podemos atender ao seu pedido. Para receber a revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, favor dirigir-se à sua Assembléia, 34 sala 304.

### Antônio Corrêa

Faleceu, na madrugada do dia 3 de novembro, no Hospital Carlos Chagas, Antônio Corrêa, conhecido comunista do bairro de Colégio. O seu enterroamento se verificou no mesmo dia no cemitério de Irajá.

### Paraguai

«... quero enviar um voto de louvor ao jornal que teve a suficiente clareza de espírito para levantar a voz contra o estado de coisas vigente no Paraguai, estado este incompatível com a civilização do mundo moderno. É inadmissível que os outros povos fiquem alheios à onda de barbarismo provocada por Strossner e seus aliados. É mais incompreensível ainda que certos países dêem apoio moral e material a um regime digno dos mais cruéis assassinos da humanidade.» Eis um trecho da interessante carta que nos remeteu a leitora Neyde Sampaia, desta cidade.

### Biblioteca

Segundo comunicação que recebemos, a Associação Atlética Eletrolux, grêmio social e esportivo dos funcionários da Cia. Eletrolux S. A., acaba de instalar em sua sede uma biblioteca, para uso e gozo de seus associados, com o louvável intuito de proporcionar-lhes cultura e recreação. Pede-nos a sua diretora-secretária, «o envio de algumas obras educativas, como biografias, ciências, etc.» O seu pedido será atendido. E aqui fica o endereço para os nossos leitores: Av. Rio Branco, 311 3º andar — Rio.

## NOVOS RUMOS

Diretor  
Mário Alves  
Diretor Executivo  
Orlando Bomfim Júnior  
Redator Chefe  
Fragmon Borges  
Secretário  
Luiz Fernando Cardoso  
Gerente  
Guttemberg Cavalcanti

Redatores  
Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Faced, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO  
Rua 15 de Novembro, 228  
8.º andar — s/827  
Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico — «NOVOS RUMOS»

ASSINATURAS

Anual ..... Cr\$ 500,00

Semestral ..... " 250,00

Trimestral ..... " 130,00

Área anual, mais ..... 200,00

Área semestral, mais ..... 100,00

Área trimestral, mais ..... 50,00

Número avulso ..... " 1



### Notas Sobre Livros

A passagem do 43.º aniversário da Revolução Russa oferece-me oportunidade para recordar um pequeno folheto (de apenas 16 páginas), publicado no Rio de Janeiro, em março de 1918, sob o título: A Revolução Russa e a Imprensa. O autor assinava-se Alex. Pavel, pseudônimo inspirado pelo romance A Mãe, de Máximo Gorki.

A origem e os objetivos do folheto estão explicados em sua página inicial, nos seguintes termos:

"As páginas que formam este folheto foram escritas em dias espaçados, no interregno de tempo contado de 25 de novembro do ano findo [1917] até 4 de fevereiro último [1918]. Algumas delas foram enviadas, em forma de cartas, aos jornais, rebatendo injúrias ou deslindando confusões. Reunidas e coordenadas nesta brochurinha, creio valerão como um documento e um protesto mais duradouros contra as calúnias e imbecilidades de que se tem servido a nossa imprensa nas apreciações sobre a obra dos massimalistas russos..."

A Revolução Russa e a Imprensa é um panfleto escrito em linguagem áspera e nêta o panfletário fustiga duramente a imprensa reacionária, que desde o primeiro dia desencadeara furiosa campanha de difamação contra a revolução operária e camponesa dirigida pelos "maximalistas" — assim eram então chamados os bolcheviques.

Uma das calúnias mais repelidas pelos jornais reacionários do Ocidente, naqueles dias, consistia em afirmar que os "maximalistas russos" eram "agentes alemães". Vejam como é velha essa história de atribuir a agentes de potências estrangeiras os movimentos de libertação nacional e social dos povos. Quando o povo russo libertou-se da opressão zarista, logo a calúnia reacionária pôs-se a berrar que aquilo era obra de "agentes alemães". Depois que se consolidou a vitória bolchevique, e que o próprio Império Alemão baqueou, em 1918, inclusive por influência da revolução russa, daí por diante os russos é que passaram a ser apontados como "agentes" de todas as revoluções que se sucederam no mundo.

Relendo hoje o panfleto de Alex. Pavel, devo dizer que sua linguagem não me agrada nada, ferindo-me os ouvidos com demasiais verbais sem nenhuma vantagem para a argumentação. E agora fico sem saber se foi semelhante linguagem ou se são os meus ouvidos que envelheceram mais depressa. Mas isso afinal é o que menos importa no caso. O que vale a pena assinalar — e é o que pretendo com esta nota, redigida às vésperas do 7 de Novembro de 1960 — é que se trata da primeira publicação que se fez no Brasil em defesa sem reservas da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Seu autor era um obscuro jornalista brasileiro, que desde alguns anos antes vinha escrevendo em pequenos jornais operários, entregue por inteiro ao serviço da classe operária e das ideias socialistas. O panfleto em defesa da Revolução Russa decorria logicamente de uma posição política e ideológica já definida, e é neste sentido sobretudo que vale como "um documento e um protesto", a que se pode sem exagero atribuir a qualidade de expressão histórica dos sentimentos de solidariedade das massas trabalhadoras do Brasil para com as massas trabalhadoras da Rússia, que a 7 de Novembro de 1917 davam o primeiro e grandioso passo no caminho da revolução socialista mundial.

Aquêle pequeno folheto de 16 páginas, mal redigidos, contendo não poucas formulações errôneas, constitui, na hora em que saiu, uma afirmação de confiança na revolução operária e camponesa, e, com isso, uma demonstração muito positiva de internacionalismo proletário.

Astrojildo Pereira

### Tópicos Típicos

É difícil imaginar um pândego maior do que esse poeta e teatrólogo francês chamado Alfred Jarry. Quer em sua vida completamente desregrada, quer em sua obra, Jarry foi sempre um desafio à ordem constituída. Ninguém mais audacioso, ninguém mais revoltado, mais subversivo do que ele, "o último dos debochados sublimes", segundo Apollinaire. Para Jacques Henry Levesque, a existência cotidiana de Jarry foi toda ela uma "apoteose do humor negro". E sua vida, antítese de todo o convencionalmente sério, foi o maior poema que nos deixou.

No entanto, e por um aparente paradoxo, as formas exacerbadas de negação da sociedade burguesa configuradas em sua obra e gestos acabaram por tornar-lhe a revolta ineficaz.

Está claro que Jarry foi incômodo à burguesia do fim do século passado, que não lhe apreciava os palavrões ou os modos grosseiros. Mas os burgueses de hoje, se bem que não o estimem particularmente, são capazes até de certa benevolência em relação a ele. Com o processo histórico, acentuam-se e agravam-se as contradições da sociedade capitalista, e as classes conservadoras ou reacionárias passam a tolerar os revoltados, desde que eles não se integrem numa força social capaz de revolucionar a ordem de produção existente, isto é, desde que não se tornem revolucionários.

Nos nossos dias, o comportamento de Jarry não teria sentido nem cabimento. Os capitalistas atuais não se dão ao trabalho de temer os indivíduos isolados, que os afrontem sem se tornarem realmente perigosos, quer dizer, que se limitam a procurar "épater les bourgeois". Mas, em plena "belle époque" antes da primeira guerra mundial, em face de uma burguesia cevada e tranqüila, a rebeldia anárquica do poeta era o resultado de uma maneira de sentir até certo ponto válida, e a falta de orientação do seu inconformismo era condicionada pelas próprias limitações de consciência do seu tempo.

Feito este preâmbulo, passamos a recordar algumas das tranqüilidades do autor do "Père-Ubu", que é considerado, aliás, precursor do surrealismo.

Jules Renard conta em seu DIÁRIO (18-1-1906) que Jarry costumava, deitado na cama, alvejar a tiros de revólver as aranhas que construíam teias no teto da sua aleva. Por que com revólver? Jarry explicou: — Para conservar as teias, que são muito decorativas.

Acompanhou o enterro de Mallarmé de bicicleta. Censurado por Octave Mirbeau pelo fato de estar usando "as calças mais imundas do país", retrucou-lhe: — Não é verdade; eu mesmo tenho um par mais imundo em casa.

Incidente relatado por Fernand Lot: estando Jarry praticando tiro ao alvo diante da pensão onde morava (ele adorava revólveres), foi interrompido por uma senhora que lhe disse ter filhos brincando nas proximidades e não estar disposta a perdê-los por força de uma bala perdida. Respondeu, delicado: — Não se preocupe, madame. Se isso acontecer, nós lhe podemos fazer outros...

As vezes, quando via na rua algum burguês de aspecto respeitável, sacava do revólver e ameaçava-o com olhar feroz, até que o mesmo desapercesse espavorido na esquina mais próxima. Explicava que assim procedia por generosidade. Aos homens que tinham a vida demasiado vazia, proporcionava uma aventura, um assunto para comentar com a família durante vários jantares.

Refere Apollinaire que Jarry, doente, visitado por uma senhora, foi obrigado a recebê-la em seu quarto, onde existia uma estranha estatueta de pedra, de bom tamanho, representando um rebarbativo falso. Impressionado com o objeto, a senhora indagou, fingindo não tê-lo compreendido: — É um monumento? Jarry, debochado, esclareceu: — Não. É uma miniatura.

Desde criança, escandalizava. Aos colegas de ginásio que lhe perguntavam, pela manhã, de onde vinha, respondia soturnamente: — Do bordel.

Ao morrer, bebado — ninguém hebia mais do que Jarry — foi conduzido inconsciente para um hospital. Em caminho, recobrou os sentidos e advertiu o médico que o acompanhava de que não tinha dinheiro para pagar o fiacre. Em seguida, ridicularizou a medicina, incluindo um "x" depois das duas primeiras letras da palavra. Suas últimas palavras foram para pedir um palito; queria deixar a vida como quem sai de um banquete — palitando os dentes.

Pedro Severino

## LAS DOS CARTAS

NICOLAS GUILLEN

COMO se afina tu ensueño y se hace carne en tu vida? Como tu fe renacida de ti mismo te hace dueño?

Con qué tu sangre cubana no es sangre que el yanqui inmola, y tu sangre es tuya sola, pues que de tus venas mana?

—Con la Carta de La Habana.

Cómo de tu pecho bravo apagar puedes el grito, y derrotado y contrito de nuevo ser un esclavo:

Qué hará tropezar tu pie y en grillos después meterlo, porque hay quien rabia de verlo tan libre como hoy se ve?

—La Carta de San José.

Cómo harás que tu bandera (rojo, blanco, azul turquí) tenga el fulgor que Martí siempre quiso que tuviera:

Con qué tu voz soberana podrá enriquecer su acento y en el gran clarín del viento despertar cumbre y sabana?

—Con la Carta de La Habana.

Cómo de flojas arenas ver el terreno que pisas y en vez de rosas y risas hallar cepos y cadenas?

Qué hará que tu pecho esté en honda aflicción sumido y tu suelo repartido por quien sabes y yo sé?

—La Carta de San José.

Cómo darás a tu vuelo, hoy, patria, que rauda subes, mucho más cielo que nubes, y aun sin nubes ver el cielo?

Con qué tu rosa antillana siempre estará fresca y pura, estrella en tu noche oscura, suave sol en tu mañana?

—Con la Carta de La Habana.

### Realizado o 11º Concerto do Côro do IIBCE

Dando seguimento a seu programa de realizações artísticas, o Côro do Instituto Israelita Brasileiro de Cultura e Educação realizou, no domingo à noite, dia 6, no Teatro do Rio de Janeiro, o seu 11º Concerto. Foi apresentado variado repertório de músicas em idish, hebraico e português. Todos os números foram acompanhados por orquestra, sob a regência de Henri que Morelenbaum. A parte de piano esteve a cargo de Ieta Lipca.

Os números apresentados demonstraram, mais uma vez, o alto padrão técnico e a sensibilidade do Côro do IIBCE, frutos de um treinamento árduo e prolongado.

### Faleceu Osório Borba

Faleceu nesta cidade no dia 5 de novembro o jornalista e escritor Osório Borba.

Osório Borba tem seu nome ligado à intelectualidade progressista do Brasil, como jornalista combatente pelos ideais democráticos e militante socialista. Foi um dos fundadores e membro dos mais atuantes do Partido Socialista.

Antes, na época do Estado Novo, Osório Borba se conservou fiel aos princípios que o orientaram na vida, afirmando valorosamente sua qualidade de antifascista e adversário da ditadura reacionária de Vargas. Durante a Segunda Guerra Mundial, esteve sempre ao lado das forças que enfrentaram o nazifascismo.

Como jornalista, seus artigos de combate fizeram época e lhe deram a admiração de quantos lutavam pela democracia no País. Escrevendo sempre em jornais burgueses, inclusive em órgãos da chamada grande imprensa, jamais deixou, na medida do possível, de expor corajosamente seus pontos-de-vista, muitas vezes contrários aos interesses de grupos econômicos financiadores dessa mesma imprensa. E Borba conseguiu ser um desses homens raros que, militando embora nessa imprensa corrompida, não se corrompeu. Morreu pobre, depois de ter sido dos articulistas mais lidos do País, membro da Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal, e ter seu nome sufragado uma aliança de partidos — os comunistas inclusive — para o governo de Pernambuco.

Aqui externamos o nosso pesar pelo desaparecimento de Osório Borba.

### Pedrosa Autografará «Noite e Esperança»

Editado pela Vitória, encontra-se nas livrarias o último livro de Milton Pedrosa Noite e Esperança, (capa de Sclar), que compreende uma novela e alguns contos sobre a vida e a luta de revolucionários. Como era de esperar, o livro vem obtendo sucesso, sendo procurado bastante nas barracas do Festival de Cultura inaugurado há dias na Cinelândia.

Mas estamos na época dos autógrafos, e Milton Pedrosa autografará seu livro à tarde de 18 do corrente na Livraria São José.

### «União Soviética 1959/1965»

A Editora Vitória acaba de lançar um pequeno guia informativo sobre o Plano Setenal ora em execução na União Soviética.

É uma publicação que se fazia necessária para se acompanhar, através de uma síntese, a marcha do desenvolvimento da economia soviética tão discutida hoje em todo o mundo.

Aparentemente árido pelo acúmulo de tabelas e gráficos, na realidade sua leitura se torna perfeitamente acessível ao grande público devido à clareza da exposição nos textos. Não se trata de um relatório vulgar, pois cada gráfico e cada tabela são acompanhados de comparações com a própria União Soviética do início da Revolução e do período anterior à guerra, ou com outros países, particularmente os Estados Unidos.

O objetivo claro e declarado dos soviéticos, com o atual plano econômico — que se estende igualmente ao terreno cultural, científico, técnico — é atingir e ultrapassar o país capitalista mais adiantado do mundo, os Estados Unidos, na produção por habitante. Em alguns ramos da economia, este objetivo já foi alcançado. E tudo indica que o será em conjunto. Quem pode duvidá-lo depois dos êxitos, reconhecidos pelos próprios americanos, em domínios como a instrução e em alguns setores da ciência e da técnica?

É um trabalho este — União Soviética 1969/1965, de G. Samborskide grande utilidade para quem quer que se interesse pelas realizações de um país que está hoje na vanguarda de uma gigantesca transformação histórica na sociedade humana.



## II Exposição de Arte Infantil em Londres

Em vários países, vem se dando grande atenção, nos últimos anos, aos trabalhos artísticos feitos por crianças. Na Inglaterra, realizou-se, com enorme sucesso, em 1958, uma exposição de desenhos e pinturas infantis, com exemplares de 31 países. Essa exposição foi visitada por cerca de 75.000 pessoas em 10 galerias da Grã-Bretanha. Percorreu em seguida diversos países da Europa e se encontra atualmente na China, onde, diga-se de passagem, a arte infantil é estimulada amplamente e tem revelado autênticos talentos que se afirmam na idade adulta.

Em face de semelhante sucesso, os promotores da exposição, iniciativa do jornal inglês Daily Worker, apoiado por instituições universitárias, culturais, artísticas, decidiram reeditá-la no próximo ano. A Segunda Exposição Internacional de

Arte Infantil terá lugar em Londres, em setembro de 1961. Já em setembro deste ano, 12 meses antes da exposição, nove galerias da Inglaterra e da Escócia inscreveram-se para a exposição. Já se anunciaram trabalhos que serão apresentados por crianças da Grécia, Índia, Alemanha Ocidental, Israel, Canadá, entre outros.

O Brasil não esteve presente à I Exposição infantil de Londres. Mas poderá comparecer à próxima. Para informações além destas que aqui divulgamos, devem os interessados se dirigir à Secretaria da Exposição. As cartas devem ser endereçadas à sra. Vera Darlington, Daily Worker, 75 Farringdon Road, London E.C. 1, Inglaterra.

(Reproduzimos aqui a capa do catálogo da Exposição de Arte Infantil de 1958).

## OSÓRIO BORBA

É mais do que justo que num jornal como o nosso NOVOS RUMOS prestemos homenagem a um homem que acaba de morrer, porque esse homem foi, principalmente, um combatente de primeira linha contra o fascismo.

Osório Borba não era propriamente um ser político, naquilo que a política exige como arte, análise, ponderação. Impulsivo, violento, Borba era um político de combate, combatendo sempre, muito mais destrutivo que construtivo, mas um homem de bem, um homem sempre em luta contra todos os desmandos governamentais, sempre ao lado do povo, mesmo quando não compreendia claramente certos problemas.

Vl Osório Borba tornar-se socialista. Quando um dia declarou-me isso pensei que Borba não fosse além dos primeiros meses da existência do PSB. Como poderia aquele homem sujeitar-se a uma disciplina partidária que, por menor que fosse, iria exigir dele afinal uma disciplina? Como poderia Borba sujeitar-se a regras e imposições, ele que tanto gostava de ser do contra? Disse-lhe isso mesmo, porque sempre pude dizer claramente a Osório Borba tudo o que pensava a seu respeito e a respeito de suas opiniões. Respeitávamo-nos tanto que mesmo divergindo muito, tínhamos o cuidado enorme em não consentir que nenhuma divergência ferisse nossa amizade.

Osório Borba — sempre me dizia isso — foi uma criatura sem infância e sem mocidade. Toda sua vida desde cedo foi marcada pela necessidade de trabalhar, sem tempo para ter as grandes alegrias da infância e da mocidade. Talvez por isso, não me espantou, quando ele começou a falar em meu partido, nas reuniões de partidos, nas reuniões do Partido. Arregimentar-se foi, para ele, — saltarão empedernado, se bem que homem de muitos amores — como encontrar uma família. O menino e o moço pareciam renascer.

Nos tempos críticos do Estado Novo, com a polícia a espreitar nossos passos querendo inclusive terminar com o pouco ar que respirávamos, encontrávamo-nos um pequeno grupo de comunistas para almoçar quase diariamente, para bater-papo e rir aos domingos. Borba incorporou-se ao grupo. Discutíamos tremendamente. Mas ele vinha, pontual, fiel, porque sabia que encontrava em nós criaturas que como ele lutávamos, contra a prepotência e o fascismo. Muitas vezes, para brincar, dizíamos-lhe que nossa convicção não era aconselhável, naquela hora Borba irritava-se, protestava, perguntava se achávamos que ele era um covarde. Estava ao nosso lado porque queria e sabia o que queria.

Seus artigos daquela época, publicados no «Diário de Notícias» são verdadeiras páginas antológicas de jornalismo combativo.

Homem sem medo, Osório Borba deixa principalmente uma grande lição: jamais se corrompeu, jamais se vendeu, jamais traiu, jamais cedeu. Podia errar politicamente, mas era homem para morrer defendendo o que achava justo. Ninguém melhor do que ele combateu Salazar, Franco, Trujillo, Batista, os ditadores. Era antifascista consciente e mesmo agora, quando quase não mais escrevia, quando o fazia era para combater os Pena Boto e todos aqueles que ainda tentam implantar o fascismo no Brasil. Um dos raros homens de bem que este País já possuiu.

Encido

### NAO DEIXE DE LER

A fixação, em termos de arte literária, de um dos mais terríveis momentos da luta de classe do Brasil

## NOITE E ESPERANÇA

de Milton Pedrosa

«Uma novela que se pode sem hesitação classificar de obra prima... «uma genuína obra de arte» (Astrojildo Pereira) «Se os contos anteriores de Milton Pedrosa já revelaram particularmente o lado humano da vida, impregnada de um sadio otimismo, os novos contos têm outra qualidade: são revolucionários... E obra de arte, e de boa qualidade literária, a novela que dá o título ao livro» (Rui Facó).

À VENDA NAS LIVRARIAS — Preço Cr\$ 160,00

Pedidos pelo reembolso postal para

Editorial Vitória Limitada

Caixa Postal 165/Rio de Janeiro/Est. da Guanabara



# A Biblioteca Dos Metalúrgicos Terá Trinta Mil Volumes

Reportagem de RUI FACÓ

No meio de habitações tipo classe média e junto a morros já literalmente cobertos de barracos destaca-se um edifício moderno, de seis andares, sobre pilôis, tendo à frente uma varje. É a sede do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara.

Ao contrário de outros sindicatos, que procuram instalar suas sedes no centro da cidade, os metalúrgicos trataram de localizar a sua nas vizinhanças das habitações da grande maioria de seus filiados. É no subúrbio de Pedregulho, à Rua Ana Neri, 152. A escolha do local não podia ser melhor: 75% dos metalúrgicos residem a menos de meia hora a pé da sede de seu sindicato.

Essa proximidade é um enorme atrativo ao operário; o sindicato foi à sua procura. Mas pode-se dizer também que o operário trouxe o sindicato para a sua casa, transformando-o num segundo domicílio. Naturalmente, a casa é modesta e mesmo pobre, enquanto a sede sindical está se transformando em local confortável e acolhedor, felizmente sem exageros. Mas, de qualquer forma, num país onde a pobreza ainda é avassaladora como o Brasil, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos impressiona pelas proporções e pelo que já pode proporcionar aos sindicalizados.

## 27.000 inscritos

Só a cifra dos membros do Sindicato é excepcional: 27.000 inscritos para um total aproximado de 60.000 operários das indústrias abrangidas pelo Sindicato. Deve-se levar em conta o fato de que metade daqueles 60 mil são operários flutuantes das profissões correlatas aos metalúrgicos, pois eles vêm de um total de mais de 3.000 empresas, das quais 2.500 são pequenas empresas de menos de 50 operários. E apenas 150 com mais de 100 operários. A dispersão é, portanto, enorme.

Daí não haver ainda suficiente espírito de classe e generalizada consciência da necessidade do Sindicato como instrumento de luta por seus direitos. Mas esta consciência e este espírito vão crescendo, estimulados por dois fatores principais: a tendência à concentração das empresas pequenas em médias e grandes e o papel cada vez mais importante que o Sindicato vai desempenhando na vida dos operários.

Nesta reportagem focalizaremos hoje apenas um aspecto de atividade do Sindicato: o cultural.

## Instrução

Uma das principais conquistas dos metalúrgicos sindicalizados do Estado da Guanabara foi a instalação, este ano, de um ginásio em sua sede. O segundo andar do edifício está ocupado com as salas de aulas do curso ginásial e outros. O ginásio conta com duas tur-

mas no 1.º ano, num total de 57 alunos, havendo 70 inscritos no curso de admissão.

Além do ginásial, existem cursos de corte e costura (4 turmas), desenho técnico em duas turmas, cada uma de 15 alunos; curso básico intensivo, com cerca de 70 alunos; curso de música com uns 30 alunos; outros 30 no de inglês. Projetados para breve: cursos de «ballet», piano e canto orfeônico. Já são, ao todo, uns 300 alunos nos diversos cursos.

## Um grupo de teatro

Em relação ao número de sindicalizados, estas cifras talvez pareçam insignificantes. Mas não se pode esquecer que a maior parte dos operários, mesmo de uma categoria importante como os metalúrgicos, ainda têm um nível de vida extremamente baixo. As dificuldades de vida, o atraso cultural e também o fato de o Sindicato somente agora poder proporcionar-lhe semelhantes benefícios são algumas das causas da ausência dos filhos dos operários aos diversos cursos.

Mas o fato mesmo de se projetar o ensino de «ballet», piano, canto orfeônico é um sinal de que a necessidade cultural aflora e mesmo se impõe. Modifica-se a mentalidade do operário, que vai deixando de ser pária e aspira a viver como homem. A unidade através da organização vai inculcando ao operário a consciência de sua força. E é de tratar de obter através de seu sindicato o que sozinho não conseguiria jamais. Ele tem, por exemplo, necessidade de diversões. Não pode frequentar o Municipal. Mas já toma iniciativas como a função de um grupo de teatro, já em pleno funcionamento no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. «Decisão hoje» foi a primeira peça levada à cena com sucesso pelo grupo de teatro de amadores do Sindicato dos Metalúrgicos. E a sala, com capacidade para mil pessoas (tipo arena) e

para 1.800 com representação no palco, estava repleta.

Amiúdam-se também os concertos, realizados num bom auditório — «Auditório Rubem Machado» — em homenagem ao metalúrgico assassinado a 17 de janeiro deste ano, em Volta Redonda. Contam os metalúrgicos com um aparelho de som de 10 alto-falantes. Ainda se inclui em sua atividade cultural um programa radiofônico que vai ao ar às quintas-feiras (das 9 às 9,30) pela Rádio Rio de Janeiro.

## Esportes

Como não podia deixar de ser, os metalúrgicos e seus filhos praticam diferentes modalidades de esporte. O mesmo salão que serve para os bailes e para as representações teatrais, e as assembleias está devidamente adaptado para o vôleibol, que conta numerosos aficionados.

Atualmente, promovida pelo Sindicato, está se realizando um campeonato de futebol entre 22 empresas que contam com clubes de metalúrgicos. Cada sábado têm lugar 10 partidas em 5 campos alugados em diversas localidades. É este o I Campeonato Inter-fábricas promovido pelos metalúrgicos. E quem sabe se dentro em breve não será ele um revelador de craques, um viveiro de Pelés e Garrinchos?

## A biblioteca

Um dos legítimos orgulhos dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos é sua Biblioteca. Apenas começa a organizar-se. Ainda conta com um número reduzido de livros, mas promete ser uma boa biblioteca. Suas estantes têm uma capacidade prevista para 30 mil volumes, ocupando a maior sala da sede do Sindicato.

Por ora, em suas prateleiras se destacam duas coleções de Monteiro Lobato (a biblioteca adotou o nome do famoso escritor e autor de livros infantis) para adultos e para a infância, uma História Universal de Cesar Cantu, ou-

tra de Veit Valentim, algumas dezenas de romances de diversos autores, além de livros sobre Direito, Legislação Trabalhista, Dicionários, etc.

Organizada inicialmente à base de doações, a Biblioteca dos metalúrgicos será inaugurada oficialmente a 12 de novembro, às 9,30, com um coquetel oferecido à imprensa e para o qual estão sendo convidados intelectuais, personalidades, dirigentes sindicais.

Naturalmente, uma biblioteca, mais ainda uma biblioteca de Sindicato, não surge da noite para o dia, dotada do que há de melhor. A dos metalúrgicos está nascendo e crescerá à base de doações e mediante o estímulo de seus próprios leitores. Irá vender, aos poucos, quais as preferências de seus consulentes, irá aos poucos organizando seus fichários, seu serviço de empréstimos de livros e regularizando o horário de seu funcionamento de forma a atender ao maior número possível de membros do Sindicato e de seus familiares.

## Cresce a sindicalização

A atividade cultural do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara é, depois da assistência médica e dentária por ele proporcionada, um dos principais motivos de atração de novos membros ao Sindicato.

O ensino é caro, além de escasso, para o operário brasileiro em geral. O curso ginásial é quase inacessível para seus filhos. Os livros, o material escolar são objetos de uma criminosa especulação, dificultando ainda mais a instrução em todos os graus, mesmo no primário.

Assim, prevêem os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos que o número de seus associados crescerá na medida em que o Sindicato puder melhorar seus serviços neste terreno.

Mas não esperam que o operário venha espontaneamente para o Sindicato. Vai procurá-lo, mostrar-lhe a finalidade da organização sindical, sua importância para a unidade dos trabalhadores, a única força de que ele dispõe numa sociedade capitalista para enfrentar a exploração patronal.

Atualmente, ingressam em média no Sindicato dos Metalúrgicos 15 a 20 sócios novos por dia. Trata-se de intensificar a sindicalização. Está sendo executado um plano segundo o qual o Sindicato dos Metalúrgicos contará com mais 5.000 membros até 31 de março do próximo ano.

Os dirigentes do Sindicato são otimistas quanto ao crescimento do quadro sindical. É que o Sindicato dos Metalúrgicos se tornou uma organização exemplar no sindicalismo brasileiro e dentre as suas iniciativas a construção da sede própria — num ótimo edifício — e os serviços que vai organizar constituem motivo de atração para o operário. Este percebe concretamente que através de seu Sindicato defende melhor seus direitos, enfrenta com maior sucesso as lutas em que se empenha por aumentos de salários e melhores condições de vida, por dar a seus filhos assistência médica, escola, oportunidade de praticar esporte.

Ainda é pouco o alcançado até agora? De certo. Mas será mais e melhor na medida em que o Sindicato cresce em número de filiados e em atividade combativa. Nada do que obteve até hoje é dívida dos patrões ou do Estado. Tudo o que conseguiu é fruto do trabalho e das lutas dos próprios operários — uma parcela apenas daquilo a que têm direito.



## Um presidente dinâmico

Benedito Cerqueira passa todo o dia na sede do Sindicato. Vive todos os seus problemas, procurando retribuir a confiança que nele depositam os metalúrgicos da Guanabara. E por isso goza de merecido prestígio.

# Romano Foi à Bahia, Fêz Turismo e Limpou os Cofres da COAP

SALVADOR — (Do correspondente)

— A visita que o sr. Guilherme Romano realizou à Bahia ainda continua sendo motivo de comentários nos meios políticos e jornalísticos desta Capital. O presidente da COFAP chegou a esta cidade, acompanhado de numerosa comitiva, integrada por sua esposa e filho, por um oficial de gabinete, de esposa e do filho deste e ainda por um bagageiro.

Foi dada como motivo da viagem, oficialmente, a inspeção dos postos de abastecimentos existentes nesta cidade. Mas é voz corrente que o Sr. Romano veio para aqui a fim de fugir à pressão que os negociantes de carne verde do Rio faziam, no momento, para elevar o preço do «beef». Sem coragem de enfrentar o descontentamento popular e sem qualquer força para se opor aos frigoríficos, o presidente da COFAP resolveu fugir por uns dias da Belacap, até que as coisas pudessem ser acomodadas.

## Muito turismo, pouco trabalho

Salvador é uma cidade que não convide ao trabalho, mesmo para quem está acostumado ao balente. Para o sr. Romano então, homem que evidentemente não foi feito para fazer força, tornou-se impossível conciliar o trabalho com a «boa terra». A alma de turista do alegre presidente da COFAP manifestou-se plenamente. Durante os dias que aqui passou, o homem fez apenas uma visita de dez minutos à sede da Comissão Estadual de Abastecimentos e Preços. Em compensação, realizou, com sua comitiva, o programa turístico de luxo: Hotel da Bahia, excursões de táxi aos recantos pitorescos da cidade, Itapua, Lagoa do Abaeté... E o dinheiro para um programa tão caro? Não houve dificuldades, as contas ficaram para ser pagas pela COAP. A dívida desta é mais ou menos a seguinte: vários milhares de cruzeiros pela hospedagem no Hotel da Bahia, 27 mil cruzeiros de automóvel (para as excursões), 12 mil cruzeiros pelas refeições na Lagoa do Abaeté, além dos gastos com «lembranças» e outras coisas.

## Saque na COAP

Mas nem só de turismo vive Romano. Segundo afirmam pessoas autorizadas, o presidente da COFAP teria feito um saque em regra na COAP. Um jornal desta cidade enumera os seguintes fatos:

- 1) Levou para o Rio, sob a justificativa de que precisa ser reformado, dois caminhões Alpha Romeu, da COAP, um dos quais servia aos postos de abastecimento;
- 2) Com a mesma justificativa, fez seguir para o Rio a camioneta Dodge, da COAP, que estava, entretanto, em condições de uso, de vez que viajou pela estrada de rodagem, levada pelo chofer Inocêncio Gonzaga. Essa camioneta passou por um conserto geral há cerca de três meses, sendo gasto para isso 88 mil cruzeiros;
- 3) Para o transporte dos caminhões Alpha Romeu, a COAP teve de gastar 80 mil cruzeiros, pagos à Empresa Estrela do Norte;
- 4) O sr. Romano determinou a remessa para o Rio de 4 milhões de cruzeiros provenientes da venda deatum e que se encontravam aqui depositados em vários bancos.

## Os baianos estão revoltados

As tropelias do sr. Romano, em Salvador, causaram indignação em todas as camadas da população. Não são poucos os protestos feitos. Refletindo este estado de espírito, não faz muito escrevia um jornal desta cidade:

«Para demonstrar que não praticou irregularidades neste passeio à Bahia, o presidente da COFAP terá de vir em termos... Se não os fizer, não teremos outro jeito, como instrumento de fiscalização que somos, dentro dos deveres da imprensa, senão denunciar ao Governo federal esse cavalheiro como pessoa que não pode ocupar um cargo de tamanha responsabilidade e de tantas possibilidades de enriquecimento ilícito, e cuja conduta criminosa poderá envolver, ainda mais, a ação, já de si ineficiente, da matriz e agência daquela órgão».

# PALAVRAS CRUZADAS

F. LEMOS

## Problema nº 33

**HORIZONTAIS:** 1 — Enxerguei. 3 — Membro empenado das aves (pl.). 6 — Recife de corais mais ou menos circulares, que com o tempo se transformam em ilhas pelo desaparecimento da laguna central. 8 — Aclui graça. 9 — Leito. 13 — Fôlha de certas palmeiras em que se escrevia. 15 — Canoa estreita e rápida. 17 — Antônia Maria. 18 — Encolerizar-se. 20 — Vestuário largo e sem mangas, que, pendendo dos ombros, se usa sobre as outras roupas.

**VERTICAIS:** 1 — Fêmea do touro. 2 — Atração pessoal. 3 — Fileira. 4 — Terra arroteada e própria para cultura. 5 — Pronome possessivo da terceira pessoa. 7 — Folga de trabalho. 10 — Triturar. 12 — Fruto da limeira. 14 — Que tem sabor picante. 16 — Estudava. 17 — Antes de Cristo. 19 — Artigo feminino plural.

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25

## Resposta do Problema nº 32

**HORIZONTAIS:** 1 — Cara; 5 — Arnoia; 7 — Arias; 8 — Sa; 10 — Fim; 11 — Ao; 13 — El; 15 — Rim; 17 — Mu; 19 — Imane; 21 — Risada; 23 — Rasa.

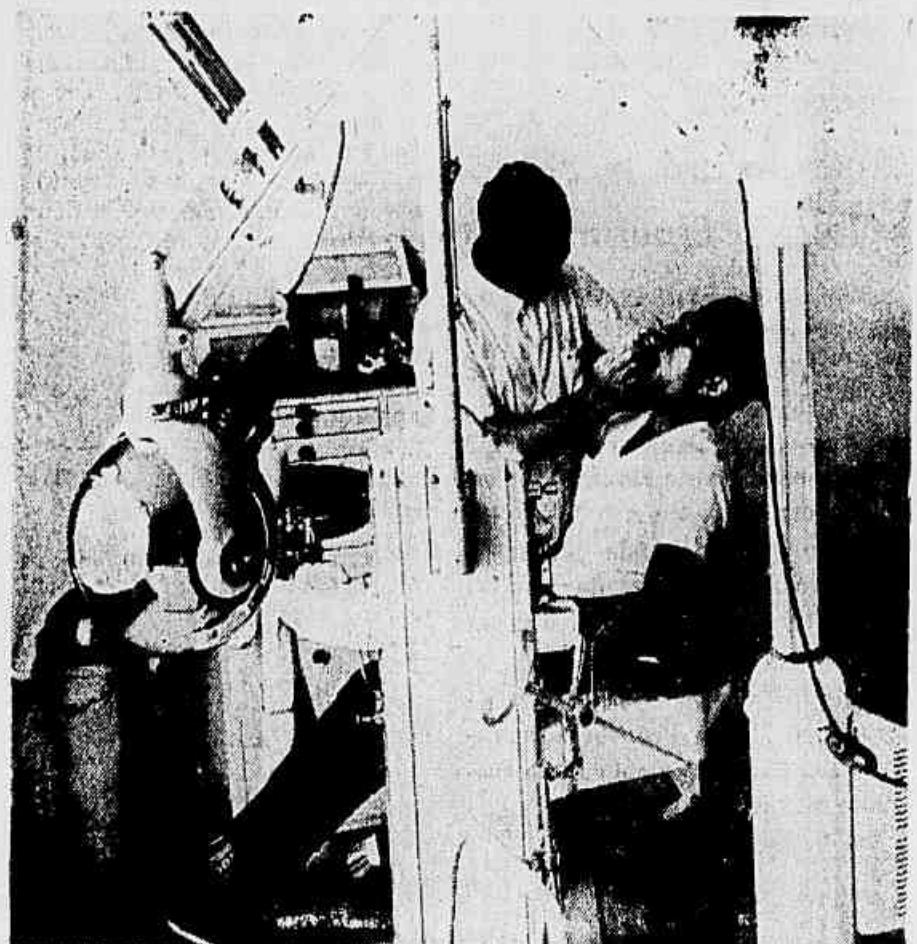
**VERTICAIS:** 1 — Crime; 2 — Ana; 3 — Rosa; 4 — Ai; 5 — Ari; 6 — As; 7 — Afim; 9 — Arme; 12 — Orada; 11 — Lisa; 16 — Ina; 18 — Ur; 20 — Nias; 22 — Ir.

## Teatro

Beatriz BANDEIRA

## Teatro popular e outros assuntos

A sra. Dulcina de Moraes anda peregrinando com sua «escota» pelos subúrbios. Para isso, obteve um «pequeno» auxílio de dois milhões, do Estado da Guanabara. Facilitar e estimular por meio de auxílio o emparelhamento de companhias teatrais aos núcleos populares, onde predomina o elemento trabalhador que não dispõe de meios nem de condições para frequentar os teatros da cidade, é iniciativa digna de louvor. Claro que tal iniciativa, deveria ser orientada por pessoas capazes, e mediante concorrencia realizada entre vários grupos interessados. Esta providência parece que não foi tomada e ninguém sabe qual o critério adotado para a concessão. Comentando o fato, o crítico Paulo Francis, diz que o Estado deveria distribuir esse dinheiro «para grupos que têm alguma coisa a dizer, cujo propósito é didático e artístico. O pessoal do Arena da Arquitetura, por exemplo, seria o mais indicado aqui». E acrescenta, ainda, uma série de considerações — todas muito justas, com as quais concordamos plenamente. Será o caso de promovermos um movimento de crítica, teatrólogos, professores especializados em teatro, no sentido de que essas verbas não sejam distribuídas assim, de maneira arbitrária, e sim mediante um critério de seleção, o qual daria o prêmio aquela companhia que apresentasse programação e propostas mais sérias e elevadas. Fique bem claro, entretanto, desde já, que dificilmente, tal comissão conseguiria verba para um teatro como o dos jovens da Arquitetura. Os governantes não têm o menor interesse em divulgar um teatro que «tem alguma coisa a dizer», um teatro que procura falar a linguagem do povo, que tem propósitos didáticos e artísticos. Ao contrário. Teatro que combate lucros extraordinários, que diz ao trabalhador que ele deve abrir os olhos, que combate a exploração, que denuncia o embuste, a depravação, o furto; teatro que expõe nas ruas, o drama de Cuba ameaçada, que exaltava o heroísmo e alertava a consciência nacional para a necessidade de estar vigilante na defesa de sua soberania, é teatro que se faz com luta e sacrifício. Não conta com amparo oficial. Mas é o único que ficará. Será vencedor e permanecerá quando o outro — o decadente, o corrupto, o oportunista — já em decomposição, tiver apodrecido definitivamente.



## Assistência dentária

O Sindicato dos Metalúrgicos dispõe de um dos melhores serviços médicos e dentários propiciados por sindicato no Brasil. Aqui vemos um sindicalizado sendo atendido por competente profissional.



## Serviços de escritório

O Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, graças à ampliação de sua nova sede, está podendo organizar muito melhor seus serviços de secretaria, contabilidade, arquivo, etc. Com um mínimo de pessoal, competente e dedicado, o Sindicato pode atender prontamente a seus filiados em tudo quanto eles exigem. As boas condições de trabalho estimulam a produtividade. A foto mostra funcionários trabalhando.



# ESTADOS UNIDOS E BÉLGICA CONTRA ONU E O CONGO

O representante da ONU no Congo, Rashewar Dayal, preparou um relatório da organização sobre a situação do país em que aponta o verdadeiro responsável pela crise: o colonialismo belga que, apoiado pelas potências da OTAN, procura restaurar seu domínio sobre o Congo. É exatamente o colonialismo belga que criou e financia a traição de Mobutu, Casavubu, Tchombé e outros «líderes congolenses» que se opõem à normalização do país. Como não podia deixar de ser, o relatório de Dayal, entregue por Hammarhjöld ao Conselho de Segurança, causou profundas «reprovações» por parte da Bélgica e seus agentes no Congo e... dos Estados Unidos. O Departamento de Estado, abandonando sua tática anterior de defender o colonialismo por detrás dos bastidores, declarou oficialmente que as acusações à Bélgica eram «desnecessariamente violentas».

Pela primeira vez desde que ini-

ciou sua intervenção no Congo, a ONU tomou uma atitude realmente de defesa da soberania do país contra o colonialismo. Não deve causar surpresa, portanto, o protesto norte-americano. Por outro lado, a mudança de atitude dos representantes da ONU não é casual. Desde as críticas dos países socialistas e afro-asiáticos à atuação do secretário geral Hammarhjöld contra o Governo legal de Patrice Lumumba e a favor dos belgas, o secretário passou a ser controlado por uma comissão de 18 países dos quais 15 pertencem ao bloco afro-asiático, que ainda agora apresentou uma moção à Assembleia Geral para que os representantes do Primeiro-ministro Lumumba fossem imediatamente empossados como delegados do Governo legal do Congo. Ao mesmo tempo, o sr. Ralph Bunche, conhecido defensor dos imperialistas, foi substituído por Dayal como responsável pela atuação da ONU e o comando militar passava das

mãos de um general sueco para as de um marroquino.

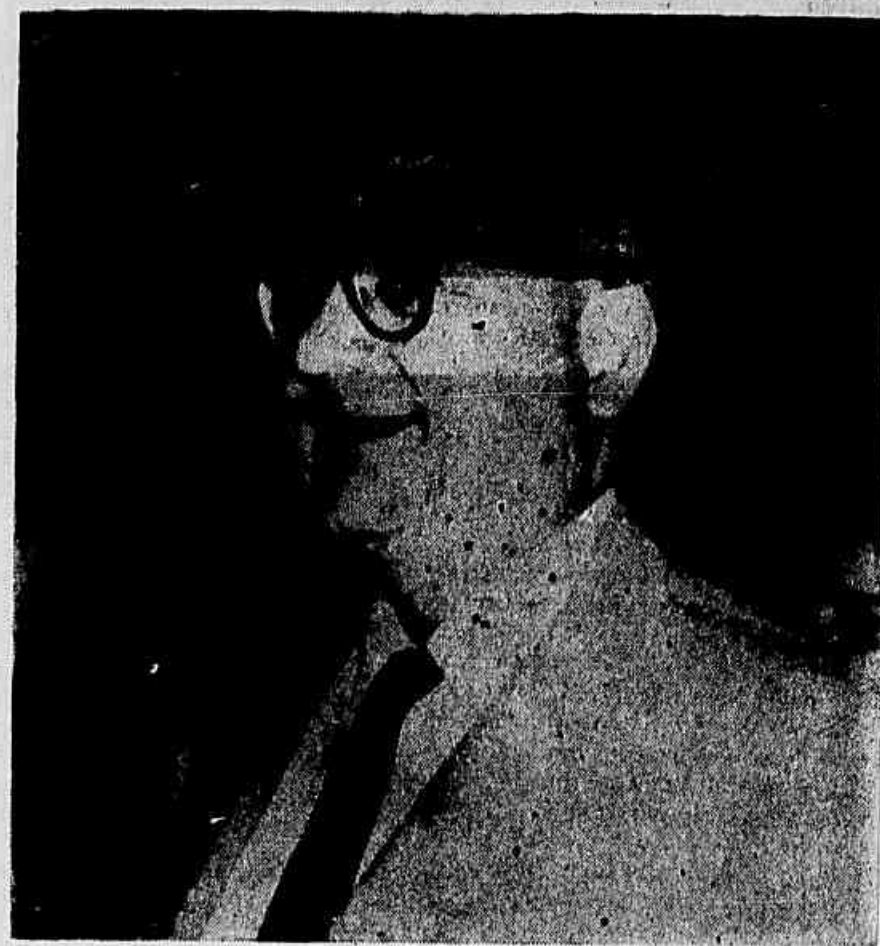
Não é também por acaso que o líder nacionalista Sendwe, chefe da oposição ao colaboracionista Tchombé, foi levado para a Catanga defendido por tropas da ONU para entrar em contacto com os mineiros balubas e estudar sua situação, no sentido de pacificar a província. A consolidação do controle da ONU sobre a Catanga começou a tornar impossível a matança dos mineiros pelos policiais de Tchombé.

Por outro lado, a mudança da atitude dos representantes da ONU se deve ao fato de que apesar de todas as manobras não foi possível consolidar o regime militar de Tchombé. Tanto as massas populares como o parlamento e os governos provinciais continuam apoiando maciçamente o primeiro-ministro Lumumba. Mesmo dentro do exército o coronel colaboracionista não consegue abafar completamente a revolta de oficiais e soldados contra suas manobras. A divisão de Thiville, por exemplo, voltou aos seus quartéis e se negou a con-

tinuar na capital servindo de guarda-costas a Mobutu.

De nada adiantaram igualmente as queixas de Mobutu, Casavubu, Tchombé e Calonji contra a presença das tropas ganenses, guineenses, marroquinas e da RAU. Apesar dos vários «ultimatos» feitos por Mobutu e Casavubu, os soldados dos países independentes da África continuam protegendo o primeiro-ministro Lumumba e seus colaboradores e impedindo os demandas dos mercenários a serviço dos belgas.

Ficou absolutamente claro que para sustentar o governo dos colaboracionistas seria necessário instalar uma ditadura militar. O parlamento não foi convocado até hoje porque ele apóia Lumumba. Os governos provinciais, principalmente os de Leopoldville e Orientale, são ameaçados de intervenção legal. Nessas condições, às quais se deve acrescentar o apoio unânime dos países independentes da África ao Governo legal, se a ONU continuasse apoiando Casavubu e Mobutu ela se desmoralizaria inteiramente.



Discurso valeu 180 milhões

Rómulo Bettancourt, o presidente da Venezuela, pronunciou o discurso mais bem pago até hoje pelo imperialismo. Sua despendurada calúnia contra Cuba e o mundo socialista valeu US\$ 180.000.000



## 43º ANIVERSÁRIO DE OUTUBRO

As comemorações deste ano do 7 de novembro, 43º aniversário da Revolução Socialista de Outubro na Rússia, tiveram repercussão excepcional. As «festas de Outubro» foram assistidas por delegações dos partidos comunistas de todos os países do mundo, encabeçadas por seus líderes máximos. Em discurso tradicional pronunciado na véspera em nome do Comitê Central do Partido Comunista e do Governo soviético, um dos vice-primeiros ministros da URSS, Frol Kosslov, saudou os delegados comunistas presentes, afirmando que atualmente existem no mundo 87 partidos comunistas com um total de 36 milhões de membros. No dia 7, realizou-se na Praça Vermelha, em pre-

sença dos dirigentes soviéticos e comunistas dos países estrangeiros um desfile militar, que foi dos mais curtos dos últimos anos: durou apenas 10 minutos. Mas mostrou novas e potentes armas de que dispõe a potência socialista para a sua defesa: foguetes teleguiados, inclusive o «Águia de Prata», que abateu em maio deste ano, a 20 mil metros de altura, o avião-espião norte-americano U-2. A grande festa do povo soviético foi também um balanço das realizações econômicas do ano transcorrido, em ininterrupto ascenso, enquanto a economia do mundo capitalista, com os Estados Unidos à frente, está em declínio.

## Nota Internacional

## A Luta da Argélia

O general De Gaulle voltou a falar sobre a Argélia e, depois de seu discurso, torna-se ainda mais claro que o Governo Provisório da República Argelina tem toda razão quando afirma que é impossível realizar negociações sérias com o colonialismo francês. Alguns dos pontos fundamentais do discurso de De Gaulle bastam para demonstrar isto. Em primeiro lugar, continua a insistência na rendição prévia dos argelinos como condição para as negociações e o referendo sobre a autodeterminação. Continua igualmente sendo utilizada a desculpa esfarrapada de que é necessário ouvir os «representantes das populações argelinas», inclusive os ultracolonialistas, por certo, como se a Argélia tivesse outro representante legítimo que não os homens que vêm dirigindo sua luta desde 1954. Mais ainda, De Gaulle diz agora que a permanência do exército francês na Argélia é necessária para evitar o caos e assegurar a «tranquilidade» da manifestação da vontade dos argelinos. A se acreditar em De Gaulle o mesmo exército colonial que esmagou o povo argelino e que é responsável por massacres e chacinas sem conta, «protegerá» agora esse povo.

Diante da obstinação do poder pessoal e do colonialismo francês em não abandonar sua presa, a única esperança de uma solução pacífica para o problema argelino fica agora nas mãos da ONU. Não é sem motivo que o próprio De Gaulle procura atrair a atenção dos incautos, ao dizer que convidará «observadores» de todo o mundo para assistir ao referendo. O Governo De Gaulle, como todos os anteriores, carece de autoridade e confiança para assegurar o que quer que seja. A proposta do GPRA para que a própria ONU organize e controle o referendo argelino poderá por fim à guerra que já dura seis anos e que já custou mais de um milhão de vidas. A responsabilidade pela continuação do conflito cabe, agora, tanto quanto à França, aos países do bloco militar da OTAN, que tem ajudado econômica e militarmente a guerra colonial travada pela França, e que impedem uma solução através das Nações Unidas. Os círculos da OTAN procuram atualmente justificar o apoio que já prestam à guerra colonial contra a Argélia com uma futura ajuda militar dos países socialistas.

A importância do papel que pode ser assumido atualmente pela ONU não pode deixar de ter consequências para a delegação brasileira. Até hoje, num exemplo raro de subserviência, os delegados do Governo brasileiro sempre votaram a favor do colonialismo francês, colocando-se ao lado das ditaduras e de alguns outros países mais obedientes ao Departamento de Estado. Enquanto isto, vários países latino-americanos, entre eles o México, Cuba, Venezuela, Panamá e outros votavam a favor dos argelinos e outros se abstêm. A missão argelina que atualmente visita nosso país teve a oportunidade de observar mediante seus contactos com elementos representativos de nossos círculos políticos e sociais e mesmo com corpos legislativos que os homenagearam, que o povo brasileiro apóia integralmente a luta pela emancipação da Argélia. Outro não pode ser o caminho do Governo Kubitschek se quiser seguir o povo e não o Departamento de Estado.

FAUSTO CUPERTINO

## OBEDECENDO AOS EUA:

# BETTANCOURT LEVA VENEZUELA A CRISE

ELEAZAR DIAS RANGEL

Serviço Especial de PRENSA LATINA exclusivo para N. n.

CARACAS (PL). — As estatísticas oficiais e uma «enquete» promovida pelo jornal «El Nacional» sobre a situação econômica da Venezuela, reflexos ambas do mal-estar geral da população, puseram em evidência a falsidade do fenômeno da «recuperação» que há quase um ano vem anunciando reiteradamente o Presidente Betancourt e seu Ministro da Fazenda, principais executantes de uma política que acentua o processo de colonização e que levou o país a uma crise que agora pretendem remediar mediante empréstimos e com a «ajuda» do Fundo Monetário Internacional.

Na última vez que falou à Nação, o Presidente Betancourt disse que o país havia saído do «túnel de estagnação», que estavam regressando os capitais e que haviam aumentado os depósitos nos bancos. Pintou um panorama tão otimista, mas tão longe da realidade, que provocou uma reação em cadeia que permitiu conhecer a gravidade da situação. As acusações que formularam os setores políticos de esquerda deve-se acrescentar a opinião de um dirigente nacional social-cristão, e como tal, membro do governo de coalizão o qual afirmou que «o governo é que tem a culpa; acreditou que havia inflação e tomou medidas contra ela; havia, no entanto, deflação — e a situação se agravou».

## Burguesia temerosa

Por outro lado, as queixas vêm exclusivamente dos trabalhadores. O Presidente da Câmara de

Industriais, Emilio Conde Jahn, atribui a crise à política do governo e adverte que em dezembro muitas empresas não poderão pagar participação nos lucros a seus funcionários. Além do problema que isso significa para a situação dos operários, refletir-se-á em menores ingressos para o Fisco a título de imposto. Afirma também que muitas empresas faliram — o que continuará a acontecer se não houver uma mudança de política. Finalmente, Rafael Echeverría, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção, declarou que «o governo tem que admitir que sua política econômica tem sido errada até agora e que é preciso fazer um giro de 180 graus».

Conhecemos melhor, com base nas estatísticas do Banco Central, qual é a situação econômica da Venezuela. Reservas: Em janeiro de 1958 as reservas internacionais da Venezuela subiam a 1 bilhão duzentos milhões de dólares. Em junho deste ano haviam baixado para 542 milhões, sem perspectivas de aumentarem. Pelo contrário, de junho a julho houve uma nova baixa (de 1 bilhão 861 milhões de bolívares para 1 bilhão 793 milhões).

Balança comercial: É o seguinte o balanço das exportações e importações (sem incluir petróleo-ferro) de 1916: 1916, saldo de 18.542.037 bolívares; 1926, déficit de 213.827.524 bol.; 1952, déficit de 2.254.000.000; 1958, déficit de 4.495.000.000, para uma importação inferior a cinco bilhões de bolívares.

Meio circulante: O dinheiro em

circulação nas mãos do público teve uma baixa pela primeira vez em catorze anos (todo o período da ditadura de Perez Jimenez, inclusive) no ano inaugural do governo do sr. Bettancourt, quando diminuiu de 193 milhões de bolívares com relação a 1958. Em julho de 1959, o montante do dinheiro em circulação era de 3 bilhões 872 milhões, mas em julho deste ano cairá violentamente para 3 bilhões 184 milhões. Este processo da baixa do meio circulante acentua-se cada vez mais. De junho a julho, baixou aproximadamente em 3 bilhões diários.

Inversões: Na zona metropolitana de Caracas, as inversões de capital na indústria e comércio tiveram uma baixa de 58% no período janeiro-julho deste ano, em comparação com esse mesmo período do ano passado, que não foi precisamente de grandes inversões. O Banco Central fornece estas cifras de Janeiro-Julho em milhares de bolívares:

	1959	1960
Indústrias	280.480	141.690
Construção	147.418	59.629
Comércio	322.546	108.435
Serviços	87.598	34.968
Outras	25.181	17.885
TOTAIS	863.223	362.607

Nesse período do ano passado formaram-se 1.224 companhias no Distrito Federal, contra 823 constituídas até julho deste ano.

Desemprego: Como costuma acontecer, o maior peso da crise se descarrega sobre os trabalhadores. O número de desempregados está crescendo à razão de cerca de 80 mil por ano. De 1958 a 1959 aumentou de 228 mil a 252 mil e calcula-se que este ano haja uns 330 mil desempregados. Deve-se notar que nestas cifras não estão incluídos os desempregados do campo, nem os trabalhadores rurais que, como os das usinas açucareiras, só trabalham durante uma parte do ano.

Os problemas do desemprego é preciso acrescentar a política de congelamento de salários que o Ministro Mayobre, atendendo a sugestões do Fundo Monetário Internacional, quer impor. Isso provocou protestos de cerca de 50 mil trabalhadores a serviço do Estado, que ameaçam fazer greve se não se firmarem contratos de trabalho. O panorama para os trabalhadores ficará ainda mais negro em dezembro, quando, chegada a hora de repartir a participação nos lucros, ela lhes for negada.

## Os empréstimos

Como indicávamos acima, o Presidente anunciou que a «recuperação» viria junto com os empréstimos. E desde então o Ministro da Fazenda despacha em avião. Viaja para a Suíça e os Estados Unidos atrás de dinheiro. Serve-se do Fundo Monetário Internacional que lhe prometeu um empréstimo no caso da Venezuela aumentar sua

quota de 15 para 225 milhões de bolívares. Mayobre aceitou. Seguidamente apresentou a questão ao Congresso Nacional para ser aprovada, e no mesmo dia em que era discutida nas Câmaras, saíram pelo aeroporto de Maiquetia três toneladas de ouro rumo aos Estados Unidos. Até 7 de outubro havia despachado 13 toneladas. No entanto o empréstimo ainda não foi concedido.

## A Colonização

A política de Bettancourt-Mayobre está acentuando o processo de colonização da Venezuela e agravando sua situação econômica.

O governo venezuelano submetete-se cada vez mais ao imperialismo, e os setores mais capituladores são os que têm predomínio em sua orientação política. Essa tendência para a capitulação permitiu que as companhias que exploram o ferro na Guiana paguem menos impostos, apesar de terem aumentado consideravelmente sua produção. As companhias de petróleo norte-americanas pagaram este ano, a título de obrigações, entre 750 e 800 milhões de bolívares a menos, apesar do Governo Provisório ter aumentado seus impostos. Simplesmente os trustes de petróleo baixaram os preços do óleo bruto, que se vendem a si mesmos, e burlaram as leis venezuelanas.

A orientação dessa política entreguista, dirigida por Bettancourt e Mayobre, não se reduz a entregar empresas do Estado ao capital norte-americano e a contratar empréstimos. Desde que se instalaram no poder, estão empenhados, fazendo apelos desesperados, em atrair mais capital ianque. E de notar-se que as inversões norte-americanas na Venezuela representam mais de 50% de todas as inversões desse país na América Latina, e que, em 1957, de 1 bilhão e quinhentos milhões de dólares que os Estados Unidos tiraram de nossos países, mais de um bilhão saiu da Venezuela.

Bettancourt e Mayobre acham pouco. Continuam fazendo esforços para buscar mais capitais e lhes oferecem as maiores garantias. Assim se explica que a Corporação Nacional do Petróleo «funcione» com menos de um milhão de dólares por ano, num país que tem tão elevado orçamento. É que essa empresa — disse o Ministro de Minas — não vai competir com as companhias de petróleo norte-americanas...

A atual crise deve agravar-se em dezembro, e se for certo — como se anuncia — que nesse mês, ou em janeiro-fevereiro, deve-se produzir uma crise econômica nos Estados Unidos, será difícil para o governo de Bettancourt encontrar uma solução. É capaz de encontrar um remédio transitório e artificial, com essa política de pedir emprestado, mas no fundo só estará agravando a crise. E, simultaneamente, continuará se desenvolvendo, com rapidez cada vez maior, o processo de colonização



# Trabalhadores, Deputados e Estudantes Solidários Com a Greve Pela Paridade



## Concentração e passeata

O governo se mostrou insensível à luta dos ferroviários, marítimos e portuários. De nada valeram as tentativas de entendimentos e os apelos. Mesmo depois de tomada (há mais de um mês) a resolução de se recorrer à greve e de se marcar a data para o início do movimento, caso o projeto não fosse votado pelo Parlamento, continuou o governo de braços cruzados, indiferente à insuportável situação dos trabalhadores. Dias antes da data da paralisação do trabalho as autoridades começaram a se movimentar. Mas, em que sentido? No sentido de ameaçar com medidas de repressão. Mas os ferroviários, marítimos e portuários não se intimidaram. No dia 7, concentraram-se na Estação Barão de Mauá e na Praça 15 (foto), de onde partiram em passeata para a gigantesca assembleia do Teatro João Caetano, que deflagrou a greve.

A greve dos marítimos, portuários, e ferroviários desencadeou em todo o país um extraordinário movimento de solidariedade aos grevistas, não apenas no seio da classe operária, mas também em outros setores da população. A medida em que o governo se encaminhou para o terreno das provocações e da repressão policial, os trabalhadores, muito ao contrário de cederem às tentativas oficiais de intimidação, firmaram-se ao lado de seus companheiros em greve.

Logo no primeiro dia de greve, ao confirmarem-se as disposições reacionárias do governo, os líderes sindicais do Estado do Rio, de São Paulo e da Guanabara imediatamente se articularam, para manifestar sua solidariedade aos grevistas.

No Estado do Rio, os líderes sindicais da empresa de transportes do Estado («SERVE»), dos trabalhadores metalúrgicos de São Gonçalo e Niterói, dos trabalhadores em energia elétrica, rodoviários, padeiros, têxteis, em produtos químicos, gráficos, bancários, em construção civil, vidreiros, comerciantes e jornalistas, reunidos na sede do Sindicato dos Rodoviários de Niterói, decidiram lançar um manifesto de solidariedade à greve e de repulsa às medidas de repressão do governo, e enviaram telegramas no mesmo sentido à Câmara Federal e ao Senado, ao Presidente da República e aos Ministros. Resolveram ainda os trabalhadores fluminenses realizar nova reunião, na quarta-feira, para decidir sobre a ampliação da solidariedade, inclusive a paralisação do trabalho em seu Estado, em função do desenvolvimento da greve dos ferroviários e marítimos.

Também na Guanabara, os representantes dos 14 maiores sindicatos de trabalhadores cariocas (metalúrgicos, bancários, gráficos, aviários, aeronautas, marceneiros, carris, vestuário, alfaiates, telegrafistas, petróleo, rodoviários, energia elétrica, sapateiros), reunidos terça-feira no Sindicato dos Aeroaviários, lançaram um Manifesto público de solidariedade à greve e repúdio às violências do governo. No mesmo sentido deliberaram os membros do Conselho Intersindical de São Paulo, reunidos à noite de terça-feira na capital paulista; em outras resoluções, os líderes sindicais paulistas decidiram ir incorporados à Assembleia Legislativa do Estado, para reclamar solidariedade aos grevistas, e realizar nova reunião quarta-feira, para tomar outras deliberações.

Estas e muitas outras manifestações de solidariedade aos grevistas foram registradas, da parte dos trabalhadores, mas o movimento de apoio à greve e repúdio às provocações do governo ultrapassou os limites da classe operária. No Congresso, numerosos parlamentares ocuparam a Tribuna, para falar em favor dos grevistas; o deputado Fernando Santana, numa réplica às ridículas declarações do governo, afirmou que, efetivamente, a greve era comandada do exterior, pois a causa da greve era a carestia, e todos sabem que quem comanda a carestia são os trusts e monopólios imperialistas norte-americanos. O próprio Presidente em exercício da Câmara, o deputado Sérgio Magalhães, manifestou-se solidário com os grevistas, declarando que estes de forma alguma estavam «coagindo o Congresso», como afirmam os porta-vozes do governo.

Os estudantes, por sua vez, demonstraram integral apoio aos grevistas. A UNE, além de oferecer aos marítimos e ferroviários sua sede, divulgou uma nota oficial de solidariedade à greve e de condenação às violências do governo. O mesmo foi feito por inúmeras outras entidades estudantis em todo o país, como a União Fluminense de Estudantes, a União Brasileira de Estudantes Secundários, o Movimento de Reforma da Faculdade Nacional de Direito, etc.

## NOVOS RUMOS



## Arma da vitória

A unidade, expressa não apenas em seus cartazes mas principalmente em sua vigorosa ação grevista, foi a grande arma que conduziu a vitória dos ferroviários, marítimos e portuários.



## Uma Central diferente

Diariamente, centenas de milhares de trabalhadores se comprimem nas plataformas da Central à espera do trem que nem sempre vem e que quando vem transporta os passageiros como se estes fossem gado. Desta vez, porém, os trens vieram, pararam e não levaram ninguém. Greve na linha férrea — plataforma vazia, deserto de passageiros, ferroviários discutindo paridade.



## As barcas também pararam

As barcas seguiram o exemplo das locomotivas: pararam. A palavra-de-ordem de greve foi obedecida à risca tanto no Estado da Guanabara como no Estado do Rio. E não era mesmo possível outro caminho, pois as simples promessas vagas de última hora não podiam merecer fé. A espera tinha sido longa e a paciência estava esgotada. Além disso, a carestia crescente tornava a cada momento maiores ainda as privações. Com a greve, Niterói ficou isolada. E o governo, num recurso extremo, lançou mão de embarcações da Marinha (foto).



# Dona Iris Foi à Feira e Não Comprou Para a Semana Inteira

Feijão, arroz, farinha, manteiga, ovos, tomate... Um pedaço de papel de embrulho rabiscado com esses nomes comuns, enfiado às pressas na bolsa, o carrinho presente de casamento e lá vai dona Iris, na manhã chuvosa de segunda-feira, brigar com os vendedores nas barracas da feira do Engenho Novo. Brigar com os vendedores não é bem o termo, a briga de d. Iris é com aqueles pedaços de papelão presos à madeira e enfiados nos sacos de mercadorias expostos na via pública.

A ronda semanal começa às 9 horas, às vezes um pouco depois. Papel à mão dinheiro na bolsa...

- Dois quilos de arroz.
- Amarelão ou japonês?

O arroz que nos bons tempos se comprava a 20 e às vezes menos cruzeiros o quilo, já subiu para 45. O arroz extra, naturalmente, aquele que não virá papa depois de cozinhar. Dona Iris pensa, dá uma olhada no papel onde estão rabiscadas as coisas que deve comprar e escolhe o japonês, de 32. Antes, com menos dinheiro, ela comprava do amarelão.

A história se repete nas outras bancas, mas com uma agravante: à medida que o dinheiro vai diminuindo os pacotes vão caindo em menor quantidade no carrinho.

## Gastando mais e comendo menos

Sem ter lido um livro de economia, dona Iris entende como ninguém essa história de inflação. Sabe que carestia é gastar mais e comer menos e disso ela tem certeza porque é quem faz as compras e controla a despesa da casa.

O retrato da inflação ela o tem diante de si diariamente: um caderno escotar, desses comuns de muitas páginas, e engordurado que fica guardado na gaveta do armário da cozinha. Nêle, ela anota todas as despesas do dia e, cada vez que o faz, volta às páginas para verificar o que é que aumentou de ontem para hoje.

— Onde é que nós vamos parar, marido? A semana passada a batata custava doze cruzeiros. Hoje eu comprei na feira por 16, e mirradinhas.

A prestação de contas sempre se verifica na hora do jantar. O marido dera mil cruzeiros para as despesas da semana e o dinheiro não bastaria. O tomate aumentou e só foi possível comprar 2 quilos; a verdura está pela hora da morte; as crianças vão ter que ficar sem levar a banana do lanche escolar... Tudo isso faz parte da vida de dona Iris, é o drama cotidiano da mulher do operário, do funcionário público, do comerciante, do bancário.

## A ginástica do orçamento

Nem a administração da República faz tanta ginástica para equilibrar o orçamento como o faz uma dona de casa. Pelo contrário, o negócio lá por cima é muito mais fácil pois quando a coisa aperta é só balar a guitarra legal (nô-quina de fazer dinheiro) a funcionar e o problema se resolve. Dona Iris, que existe mesmo, é um exemplo disso. Há um ano atrás ela se arranjava com cinco mil cruzeiros. Pagava uma lata de óleo a 75 cruzeiros, a carne de primeira era comprada a 100 e 120 o quilo (havia carne de segunda à vontade para fazer a sopa); a bisnaga de pão custava 6 cruzeiros; o açúcar era vendido a 14 cruzeiros o quilo e o leite também a 14.

O tempo passou, Brasília foi crescendo (e dona Iris ouviu dizer muitas vezes que os preços aumentavam porque o governo gastava rios de dinheiro para construir Brasília), a remessa de lucros para o exterior também crescia e com eles os problemas da dona de casa.

E verdade que neste meio tempo o marido de dona Iris ganhou um aumento de salário.

Quando ela foi à feira com a verba reforçada percebeu que chegara um pouco tarde... os preços das mercadorias já haviam sido «reajustados», e de que maneira.

E a ginástica continuou. Dona Iris, já com 8 mil cruzeiros para as despesas com comida, teve de fazer alguns cortes na lista de compras.

## Raio X da fome

Os nutricionistas escrevem livros, fazem tabelas, provam cientificamente que o homem deve absorver tantas e

tantas calorias para poder manter-se. Conselhos e mais conselhos são divulgados e especialistas ensinam que se deve comer legumes, carnes, beber leite, etc. e tal. Tudo muito bonito. Dona Iris ouviu no rádio, nesses programas femininos, que as crianças devem ser alimentadas assim e assim. Ficou preocupada e conversou seriamente com o marido a respeito. Naquele mês resolveram aumentar a cota de leite, comprar mais manteiga e algumas frutas. Até um quilo mais de carne por semana resolveu-se comprar. Prá que eles foram pensar nisso! O negócio de aumento começou. O rádio anunciava que os produtores de leite estavam descontentes; logo depois foi a vez da farinha de trigo; a carne não demorou muito.

Dona Iris tem 5 filhos, comprava um litro de leite por dia para dar com café às crianças. Depois de ouvir o tal programa feminino resolveu comprar 2 litros. Afinal de contas, apertando aqui e ali era possível. O leite custava 14 cruzeiros. Depois... hoje dona Iris faz ginástica para ter um litro de leite por dia em casa. O aumento foi brutal: de 14 para 21 cruzeiros.

Nessa altura, já não se pensava mais em comprar tanta manteiga e em trazer mais algum legume da feira.

O caderno de dona Iris é o verdadeiro Raio X da fome. Folheando-o e anotando chega-se à conclusão que naquela casa não são respeitadas as recomendações mínimas para se prover uma alimentação saudável. O consumo de leite é insuficiente; carne, legumes e manteiga são artigos de luxo; palavras como banana e laranja aparecem de vez em quando. E olhe-se que a despesa com alimentos vai a mais de 7 mil cruzeiros. Claro que eles vão se aguentando: café com leite para disfarçar, arroz e feijão os alimentos básicos; batatas e alguma verdura; a sopa com um tiquinho de carne para dar o gosto; um outro ovo de vez em quando e uma mesa mais farta no domingo fazem o cardápio mensal da família.

O marido de dona Iris é operário especializado, ganha mais do que o salário-mínimo. Ela mesmo tira uma boa parte do dia para costurar, e o que ganha dá para reforçar o orçamento. O aluguel de casa, «graças a Deus — diz ela», é antigo e no que diz respeito a roupas se dá um jeito com um remendo aqui, outro ali e costurando camisas para o marido e para as crianças. Mesmo assim, o que sobra só dá para comer e não muito bem.

Dona Iris, personagem real, é modelo. Como ela, milhares de donas de casa nessa cidade maravilhosa passam a vida fazendo a ginástica das contas, apertando aqui e ali, economizando acima do que é verossímil economizar, sofrendo quando não pode dar um copo de leite para o filho que ela sente preciso beber, quando transforma o que devia ser um bife para uma pessoa em bifes para toda a família. Assim é a vida da gente simples. Enquanto isso...

## O governo o que é que faz?

Bem, o governo decidiu há muito tempo, resolver o problema criando a conhecidíssima COFAP e suas filhas COAPS e a famigerada Comissão Central de Abastecimento. A primeira, cuja função precípua seria regularizar os preços dos gêneros e impedir a especulação e exploração alísta, ficou logo famosa pela freqüência com que baixava portarias aumentistas. Uma vez teve um presidente que resolveu não concordar com o aumento do preço da carne e estava decidido a fazer intervenção nos frigoríficos estrangeiros. Foi tal a confusão que a sua decisão provocou entre as autoridades, que o presidente da República demitiu-o. Em seu lugar foi colocado o doutor Romano, esse que está aí até hoje. A carne aumentou uma vez, duas e vai acabar sendo liberada. E, não é só isso, o doutor (doutor mesmo, pois é médico e por isso mesmo devia saber muito bem a importância da alimentação para as pessoas) patrocinou o aumento do pão, do leite, dos remédios (do qual ele é particularmente interessado) e, promete mais.

Além de protelar de frigoríficos, laboratórios, moageiros e das grandes usinas estrangeiras que dominam o mercado dos laticínios no Brasil, o atual presidente da COFAP também é bastante amigo dos comerciantes da rua Acre. Campeão dos aumentos, permitiu que a carne, durante sua gestão atingisse o preço absurdo de 200 cruzeiros o quilo; homologou um aumento de 7 cruzeiros no litro de leite; não teve dúvidas em permitir que o preço do açúcar se elevasse de 14 para 25 cruzeiros; deve ter ficado muito satisfeito com sua

consciência quando o pão foi aumentado e se mantém insensível ante o aumento brutal do preço do óleo de amendoim e de caroço de algodão, que de 75 cruzeiros que era, chegou a custar quase tanto quanto uma lata de azeite importado. Como amigo dos tubarões da rua Acre, o presidente da COFAP faz vistas grossas às oscilações de preço de produtos como cebola, batata, arroz e não se preocupa de forma alguma com o escândalo do preço do feijão.

A CCA, por seu lado, devia estimular a venda de produtos diretamente do produtor ao consumidor, para evitar o intermediário. Nesse sentido construiu alguns armazéns que, na época em que foram inaugurados seriam elementos decisivos para forçar uma baixa de preços no mercado. O povo ouviu isso quando abriram as portas dos mercados da Central do Brasil e do Irajá.

Tudo uma farsa. Venderem e se vendem, é verdade, alguns produtos por preços inferiores (não muito) aos das casas especializadas. Mas, os artigos mais importantes são adquiridos aos preços da praça.

Dona Iris, voltamos a ela, experimentou uma vez. Combinou com uma cunhada, muniram-se de sacolas e lá foram, no loteação que já custava mais caro, tentar a sorte no mercado da Central. Que decepção! Arroz, pelo mesmo preço; feijão, idem; verduras, na feira, especulando um pouco, ela encontrava até mais barato; ovos (era sábado e ela queria preparar um bolo para o domingo), a 68 cruzeiros. Saiu do tal mercado danada da vida. O dinheiro que economizara nas compras foi consumido pelo preço da passagem no loteação.

O homem da CCA, o tal Danilo Nunes de sorriso do príncipe da opereta, responsável pelos mercados que «iam fazer guerra à especulação» se candidatou a deputado e não teve votos na zona Norte. Se elegeu porque o pessoal de Copacabana e dos outros bairros da zona Sul não conhecem ainda os tais mercados.

Se o doutor Romano ler essa história é capaz de dizer, no fim de contas:

— Essa dona Iris deve ser uma perdulária. Vejam só, quer comer mais de um quilo de carne por semana e leva a coragem de pensar em comprar mais do que um litro de leite por dia para os filhos beber. Que use mais café, a riqueza nacional, e sirva a média mais escura para o marido e os filhos.



## A carne é protagonista principal

Dona Iris, que também é personagem dessa história de carestia, faz diariamente a ronda dos açougues. A pergunta é sempre a mesma: tem carne de segunda? A resposta também: não! A situação é essa, os frigoríficos, enquanto esperam a liberação e com o beneplácito da COFAP, escondem a carne de segunda, a mais barata. E, o povo que se dane.

# NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de novembro de 1960

Nº 89



## Nem o xuxu escapou

Na seção de verduras e legumes do famoso mercado da Central (o tal que ia vender mais barato), você pode comprar xuxu. Procura e encontra. Eles estão amontoados, bonitinhos, tentadores. Você então levanta a vista e dá de olho com o papelão: «chuchu — K 14». Não tem remédio mesmo, o xuxu, que dá mesmo sem planta está custando a barbaridade de 14 cruzeiros o quilo. E depois tem gente que reclama quando paga 20 cruzeiros por um mirradinho pé de alface, 40 por um quilo de tomate e outras coisas mais.



EM MARCHA PARA OS 100 MIL BARRIS DIÁRIOS

# Petrobrás Bate Recorde na Extração de Petróleo

Batendo todos os recordes na produção de petróleo do Recôncavo Baiano, a Petrobrás deu a melhor resposta a nova campanha de descrédito movida pelos trustes internacionais de petróleo. Ultimamente, com efeito, através de diversos veículos de propaganda, vinha sendo divulgada, parcialmente ou na íntegra, uma conferência do conhecido entreguista Glycon de Paiva, segundo a qual a empresa estatal teria demonstrado sua incapacidade na esfera da pesquisa e da exploração de petróleo. Na imprensa norte-americana — na revista «Time», por exemplo — a diatriba do sr. Paiva encontrou a melhor acolhida. Os fatos, porém, se encarregam, agora, de demonstrar a falsidade das afirmativas do sr. Paiva

## Em marcha para os 100 mil barris

Informa o último Boletim da Assessoria Geral de Relações Públicas da Petrobrás que no dia 20 de outubro último, a extração de óleo do subsolo baiano chegou à casa dos 94.122 barris, número jamais atingido antes. Caminha-se, assim, para atingir a meta dos 100 mil barris ainda este ano. Na mesma notícia, é publicado um quadro no qual se pode ver a progressão do aumento da extração de petróleo baiano:

	barris
10 de setembro ...	87.829
12 de setembro ...	90.000
23 de setembro ...	91.829
2 de outubro ...	93.062
20 de outubro ...	94.122

Ora, qual a afirmação central do sr. Glycon de Paiva contra a Petrobrás, nesta etapa? A de que a empresa estatal mostrou-se incapaz de descobrir petróleo, ou, então, confirmou a tese dos trustes de que não há petróleo no Brasil, exceto no Recôncavo. Convém lembrar, de passagem, que a região da Bahia chamada Recôncavo é bastante extensa e que, quando a Petrobrás começou a funcionar, somente alguns campos haviam sido localizados. Desde então, a Petrobrás prospectou e delimitou vários novos campos, isto é, descobriu muito mais petróleo do que aquele que se sabia existir quando ela começou.

Outra demonstração da falsidade das alegações do sr. Paiva está em que a Petrobrás não poderia aumentar a extração de óleo na escala vertiginosa em que o vem fazendo se não descobrisse novos campos petrolíferos. E aí estão, para comprová-lo, os campos de Buracica, Taquipe e Cassarongongo,

precisamente aqueles, cuja entrada em exploração está permitindo o aumento da produção de óleo na Bahia.

## Novos horizontes

Não é só na descoberta de novos campos que se tem revelado a eficiência das equipes de produção da Petrobrás. Em alguns dos campos já conhecidos, os engenheiros, técnicos e operários da empresa estatal têm descoberto novos horizontes, isto é, novos lençóis petrolíferos em camadas mais baixas do subsolo, fazendo novas descobertas de petróleo.

Alega o sr. Glycon de Paiva que isso somente se dá no Recôncavo. Evidentemente, seria de todo desejável que cada sonda da Petrobrás, no Amazonas ou no Paraná, no Maranhão ou em S. Paulo, desse com campos petrolíferos novos. Mas, não desconhece o sr. Glycon de Paiva — embora silencie a respeito — o quanto é aleatória a pesquisa petrolífera, o quanto é problemática a descoberta de um novo campo. Nunca é demais repetir o exemplo clássico do Canadá, onde a decantada iniciativa privada — no caso os trustes — com seus imensos recursos técnicos, seus capitais, sua experiência, levaram 40 anos para descobrir as grandes jazidas petrolíferas de Leduc. Também na Rússia, só muito depois da revolução socialista foi descoberto petróleo nos Urais; durante décadas, foi um único centro — Baku — que abasteceu o país de «ouro negro»

## Aumento: 3 mil por cento!

Em nosso país, os êxitos alcançados no Recôncavo são mais que animadores: de uma produção de 1 milhão de barris em 1954, deveremos atingir este ano, aproximadamente 30 milhões de barris. Nos sete anos da Petrobrás, o aumento é, portanto, de cerca de 3.000 por cento! Além disso, é o caso de indagar-se: nas atuais circunstâncias, com as dificuldades opostas à Petrobrás por entreguistas descobertos ou encapuçados, tendo em vista que se trata de empresa nova e que não pode ir buscar com os trustes a experiência de que carece — atualmente, repetimos a melhor política não será concentrar recursos no Recôncavo? Pois aí a existência de petróleo já está positivada e tem tido êxito a pesquisa e exploração de novos campos.

# Dicionário

## Nascimento do Poder Estatal

Da mesma forma que no capitalismo as classes fundamentais da sociedade são a dos burgueses e a dos operários; do mesmo modo que no feudalismo as duas classes fundamentais eram a dos senhores feudais e a dos servos, também no regime escravista eram duas as classes fundamentais em que se dividia a sociedade: a dos senhores de escravos e a dos escravos.

A população na sociedade escravista compunha-se de homens livres e escravos. Os primeiros, conforme o seu poder econômico, desfrutavam em maior ou menor grau dos direitos de cidadania, de posse de bens e direitos políticos. Em contraposição, os escravos não gozavam de direito algum. Os homens livres, por sua vez, além dos grandes proprietários de terras, também compreendiam a classe dos pequenos produtores — camponeses e artesãos — entre os quais os mais remediados, também utilizavam o trabalho escravo, embora em escala menor do que os grandes latifundiários.

Já na época da escravidão, os sacerdotes desempenhavam um importante papel, como apoio das classes dominantes. Do ponto-de-vista econômico, eles também se classificavam entre os grandes senhores de terras e de escravos.

O surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, fizeram com que se tornasse necessário algo mais que o simples poder consentido, que existia nas antigas comunidades e era exercido pelos anciãos. Este poder, com efeito, não era suficiente para impor aos explorados — que antes não existiam — a nova ordem de coisas e, em particular, o brutal regime da escravidão. O contínuo aumento da divisão social do trabalho e o desenvolvimento da troca, iam conduzindo as diferentes «gens» e tribos, a uma maior aproximação. Formavam-se as uniões de «gens» e de tribos. As instituições gentílicas perdiam, com o tempo, o seu caráter original, suas raízes populares, que se baseavam no consentimento de todos. Os anciãos, e chefes militares das tribos, transformaram-se em «príncipes» e «reis». Antes, eles gozavam de uma autoridade legítima, mas agora passavam a usar o seu próprio poder para defender os interesses da pequena minoria possuidora, para reprimir o descontentamento dos seus próprios parentes que se arruinavam e para esmagar implacavelmente os escravos.

Foi assim que surgiram os destacamentos armados, os tribunais e os órgãos de repressão, já agora não apenas com a missão de defender as uniões de tribos contra ameaças vindas do exterior. Sua finalidade era também manter a situação de desigualdade que se impusera dentro da própria tribo.

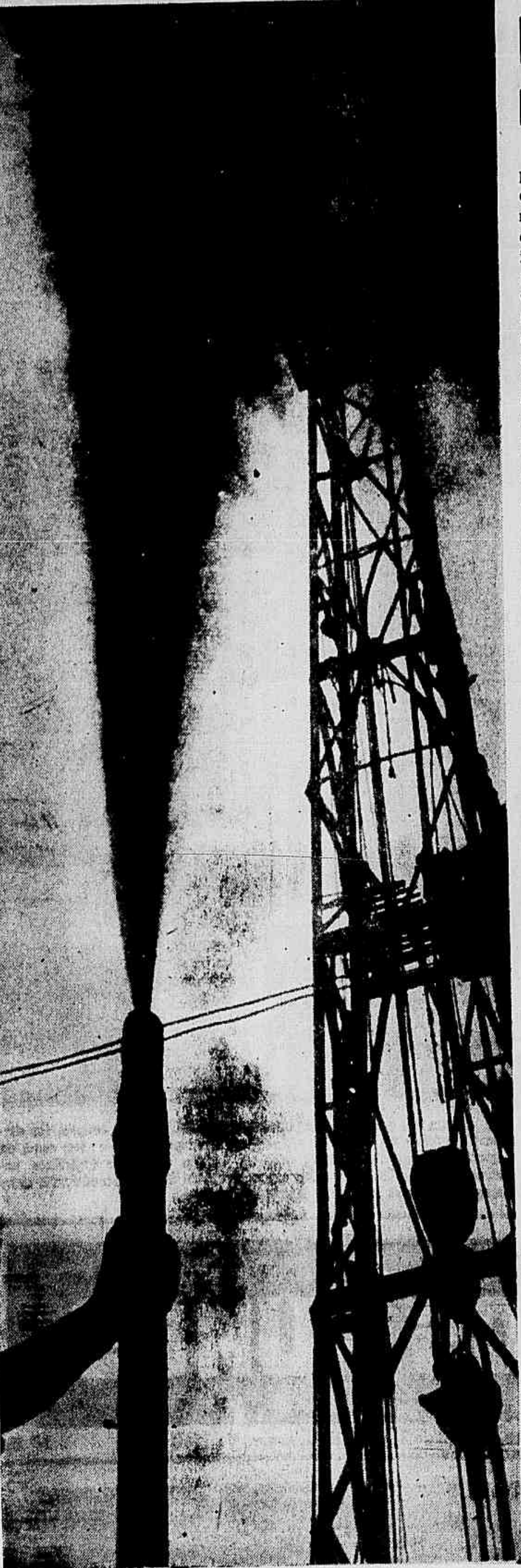
Assim nasceu o Poder estatal e nasceu para manter subjugada a maioria explorada, em benefício da minoria exploradora.

Os pensadores que defendem a perpetuação da divisão da sociedade em classes — para eternizar o capitalismo — afirmam que o Poder estatal sempre existiu. Não é certo. A ciência não o encontra entre os povos primitivos. O que existe ali, é alguma forma de hierarquia, mas livremente consentida. Quanto ao Poder estatal, com seus órgãos de repressão a serviço das classes exploradoras, só pôde surgir, logicamente, quando surgiram as classes exploradoras e para defender seus interesses. É lógico, também, que deixará de existir quando deixarem de existir as classes sociais.

## BRASIL SÉCULO XX

### Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira  
Editorial Vitória



Vatapá, caruru, acarajé... petróleo...

Hoje, quando se pergunta o que é que a Bahia tem, não basta responder enumerando as delícias de seus pratos famosos e os encantos das baianas. Perto de cem mil barris diários de petróleo já é algo característico.

# Novo Empréstimo Aos Banqueiros Americanos

Não se conhecem nem a marcha nem os resultados dos entendimentos mantidos em nosso país por uma delegação do «Export-Import Bank» — antaquia do governo norte-americano — com as autoridades brasileiras para a conclusão de um acordo de consolidação das dívidas do Brasil no exterior. Essas dívidas, como se sabe, vêm-se acumulando em conseqüência dos elevados déficits do nosso balanço de pagamentos. Os déficits, por sua vez, têm como causa, essencialmente, 1) deterioração nas relações de troca do Brasil com o exterior; 2) a evasão de recursos nacionais por ação das empresas estrangeiras no Brasil. O empréstimo agora negociado para a consolidação dessas dívidas — ou «funding loan» — tem em vista aliviar as dificuldades cambiais imediatas do Brasil. Os nossos compromissos para este fim de ano são de tal monta que, para saldá-los, teríamos que recorrer a novos empréstimos correntes no exterior, uma vez que a receita proporcionada pela balança comercial está muito longe de ser suficiente para cobri-los. Daí o recurso ao «funding», que se apresenta como uma necessidade imperiosa.

Entretanto, é o caso de pergun-

tar-se: tentou o governo brasileiro obter em outras fontes a conclusão de um «funding»? Não é bastante claro que ao Brasil seria mais conveniente dispersar a área dos seus compromissos com o exterior, ao invés de jungir-se cada vez mais aos banqueiros e às autoridades norte-americanas? Não temos notícia de que o governo brasileiro tenha tentado — ao menos com a necessária seriedade — vender essas dívidas a outros países que as pudessem comprar, e que, possivelmente, teriam interesse em comprá-las. Formalmente, não há diferença entre assinar um «funding» nos Estados Unidos e na Alemanha Federal, por exemplo. Entretanto, neste último caso, sofreriamos menos a pressão norte-americana, alargariamos o nosso campo de manobra. Nem se argumente com a inviabilidade dessa iniciativa, pois, repetimos, não foi ela sequer tentada.

Uma segunda observação que se impõe é que o «funding loan» não constitui de modo algum uma solução para o Brasil. É apenas uma espécie de paliativo. Seria uma providência de mais longo alcance se fossem fechadas as portas que conduzem à necessidade do «funding». Infelizmente, porém, aquelas portas permanecem abertas,

nenhuma medida foi nem mesmo ensaiada para fazer cessar as causas dos déficits no nosso balanço de pagamentos. Dessa maneira, não é preciso ser profeta para prever que dentro de pouco tempo estaremos novamente a braços com o problema dos compromissos com o exterior.

Os déficits no balanço de pagamentos só poderão ser eliminados ou reduzidos a pequenas proporções com uma completa reformulação da política econômico-financeira, e não no sentido reclamado pelo FMI e o próprio «Eximbank». Nessa reformulação, assumem importância cada vez maior os problemas do controle do capital estrangeiro no Brasil — em todos os sentidos —, a diversificação da pauta das nossas importações, a modificação das estruturas econômicas superadas, antes de tudo a atual estrutura agrária. No plano externo, terá que significar a afirmação de uma política independente e a intensificação das relações econômicas com o mundo socialista.

Fora disso, será a permanência do círculo vicioso: déficits, empréstimos externos para a cobertura de déficits, novos déficits, novos empréstimos externos, etc. Uma perspectiva desalentadora.

## Nota Econômica

# Continuam as Fraudes no Comércio do Café

As fraudes no comércio exterior são, por assim dizer, permanentes. Há momentos, porém, em que tal prática vai além da rotina e se transforma em assunto de jornal. E o que está sucedendo agora com o nosso café. Até dois meses atrás, era o chamado «câmbio português» que constituía preocupação para as autoridades. Entretanto, a intervenção do Instituto Brasileiro do Café no mercado, comprando diretamente aos produtores, parece que pelo menos contribuiu para reduzir as proporções desse tipo de irregularidade. A sede de lucros, porém, torna fértil a imaginação dos exportadores de café, aos quais, de resto, não é difícil comprar a cumplicidade de certos funcionários da administração pública.

O contrabando do café, por exemplo. Faz-se um barulho enorme pelos jornais, ameaça-se, abrem-se inquéritos, colocam-se no pelourinho (muito cômodo, é verdade), determinados personagens misteriosos, designados... pela letra «X» e nunca pelos verdadeiros nomes, e no fim, nada. O contrabando continua, a contrária é forte. E neste caso do contrabando, ou há punição exemplar para os contraventores, ou tudo continua na mesma. Isto porque a base do contrabando de café reside na possibilidade econômica e na vantagem de praticá-lo. E efetivamente, o preço interno do café oscila até um máximo de 3.100 cruzeiros para os cafés da chamada série de mercado. O preço externo, porém, é mais elevado: uma saca de café, exportada de acordo com as disposições legais, isto é, à cotação de 33,77 centavos de dólar pela libra-peso (454 gramas) do tipo Santos-4 rende ao exportador, cambiais no valor de 44 dólares e meio; compradas pelo governo, essas cambiais, a 90 cruzeiros por dólar, proporcionam ao exportador uma receita de cerca de 4.000 cruzeiros. Entretanto, se a venda ao exterior se verificar irregularmente, por contrabando, tal receita será bem maior. Por exemplo: uma saca de café do mesmo tipo Santos-4, pode ser contrabandeada, digamos, a 30 dólares, em vez dos 44,50 dólares em que é oficialmente cotada. De posse dos 30 dólares, o contrabandista irá trocá-los não no câmbio oficial, pelos 90 cruzeiros do dólar-café, mas sim no câmbio livre, onde todos os gatos são pardos, e o dólar vale cerca de 190 cruzeiros. Sua receita, será, então, de 5.700 cruzeiros (30 dólares a 190 cruzeiros). Mesmo supondo uma grande margem para a cotação oficial, como o fizemos, a vantagem é tentadora.

Ainda na semana passada, noticiaram os jornais o que sucedeu a dois fiscais do IBC, em Goiás, porque descobriam um contrabando de café. Um oficial de polícia daquele Estado, integrado na rede dos contrabandistas, recolheu os dois funcionários à cadeia. De acordo também com as notícias, o citado oficial tem a missão de facilitar a passagem dos carregamentos de café através do rio Tocantins, rumo aos portos do Norte do país, onde tomam o curso das Guianas, dos Estados Unidos e da Europa.

Evidentemente, a extinção do contrabando, pelas circunstâncias especialíssimas de que se reveste o café para o Brasil, não pode estar no nívelamento dos preços em cruzeiros (como preconiza, por exemplo, o sr. Janio Quadros). Deve partir de uma efetiva repressão ao crime, de algo diferente das risíveis e ineficazes ameaças feitas até aqui.

Além do contrabando, outras fraudes grossas estão sendo praticadas no comércio do café. Assim, pelo porto de Vitória, estão sendo exportados a um registro mais baixo (22 centavos de dólar a libra-peso), como se fossem cafés inferiores, tipos de cafés finos desviados principalmente do porto de Ilhéus, e cujo registro é de 33,77 centavos. Em cada saca, isto representa um subfaturamento de quase 12 dólares, os quais serão recebidos pelo câmbio livre, uma vez chegado o café ao porto de destino. A «explicação» para a fuga desses cafés do porto do Rio, seria a cobrança do imposto de vendas e consignações pelo Estado da Guanabara. Sucede, porém, que desde a sua instituição pela antiga Prefeitura do Distrito Federal, jamais esse imposto foi pago. Os exportadores recorrem imediatamente à justiça, e a questão ficou em suspenso, todo este tempo, até que, ultimamente, tiveram vitoriosos liminarmente seu ponto de vista contra o Estado. Não pega, portanto, a «explicação», sendo, antes, uma cortina de fumaça para defender o contrabando.

No porto de Angra dos Reis, a fraude denunciada já é de um outro tipo. Segundo se afirma, estão sendo exportadas como se fossem de 60 quilos, sacas contendo 65 quilos de café, ou então, registrando nos despachos, carregamentos de 500 sacas, mas embarcando, na verdade 5.000 sacas. Também nesse caso, a diferença entre o que é oficialmente declarado e o que é efetivamente exportado, retorna ao exportador pelo câmbio livre, com vantagens incomparáveis.

Mesmo supondo que todos esses dólares retornem ao Brasil e que não sejam objeto de negociações e especulações mais altas no exterior, as conseqüências são pelo menos duas: 1) diminui imediatamente a receita do orçamento oficial de câmbio e 2) reforça-se a tendência para a baixa do preço do café em dólares, uma vez que o mercado é abastecido com o mesmo produto vendido a um preço inferior. Neste último caso, a conseqüência principal, é ainda, a diminuição geral da receita do país em dólares e, portanto, a redução do nosso poder de compra no exterior, além da desvalorização do cruzeiro e aumento do custo do vida.

A coisa, como se vê, é da maior gravidade. Mas, será mesmo possível enfrentá-la, quando se sabe que os fraudulentos são justificados pelos «teóricos» da liberdade cambial total?

Josué Almeida



# Rio de Sangue Para o Mar: Frigoríficos Sabotam o Aproveitamento do Boi

O preço da carne já subiu a tais alturas que provocou uma queda de cerca de 50% no consumo, tanto em S. Paulo, como no Rio. Mas a diminuição das vendas não preocupa os grandes frigoríficos, que continuam pressionando para que a carne seja liberada. Os monopólios anglo-americanos que controlam o mercado de carne no Brasil não precisam dos compradores brasileiros, se estes não puderem pagar, a carne será exportada.

## Exportação também é manobra

Nesse sentido, já começam a aparecer na imprensa artigos prevendo, em consequência da atual retração de consumo, uma falta de disponibilidade e até mesmo um excedente de bois para corte na próxima safra, a iniciar-se daqui a pouco mais de dois meses. Querem fazer crer que, apesar da liberação, a carne vai baixar. Mas mostrar que há bois sobrando é também o primeiro passo para começar a pressão pela liberação da exportação de carne, suspensa desde agosto do ano passado.

De fato, a exportação tem funcionado como um dos elementos de elevação do preço da carne no mercado interno. Em primeiro lugar, por fortalecer o monopólio dos frigoríficos estrangeiros que, por suas ramificações internacionais e capacidade de industrialização, têm muito mais facilidade de exportação. Tanto é assim que são eles responsáveis por mais de 70% do total da exportação de carne do Brasil. Em segundo lugar, porque a exportação se constitui em válvula de escape à reação do mercado interno contra a alta descontrolada dos preços do produto. Não vendendo aqui, a Anglo, a Wilson, a Swift e a Armour tratam de vender no estrangeiro.

## Contrôle da frigorificação

O recurso à exportação é apenas um dos meios pelos quais os trustes da carne exercem seu controle sobre o mercado. O fato de controlarem cerca de 70% da capacidade nacional de frigorificação igualmente favorece os frigoríficos estrangeiros, pois a carne para exportação tem que ser frigorificada. No mercado interno, embora praticamente não exista consumo de chamada carne congelada (frigorificada), cerca de metade da carne consumida no Rio e em S. Paulo é resfriada, o que igualmente exige câmaras frigoríficas.

Além disso, a posse de câmaras frigoríficas, ao lado do domínio sobre 70% da produção de todos os estabelecimentos industrializadores de carne, dá aos frigoríficos estrangeiros muito maior possibilidade de manobra. Não precisam ter pressa em vender. Podem estocar carne durante o tempo necessário para substituir presidentes da COFAP ou do Conselho Coordenador do Abastecimento até encontrarem um suficientemente dócil; têm inclusive capacidade financeira para fazer essa estocagem, embora queiram arrancar do governo empréstimos para financiamento da estocagem para a entressafra. Podem estocar até cansar a população e obrigar o governo a ceder à

pressão altista. Ou então, podem ainda industrializar a carne e, assim, guardá-la por tempo indefinido.

## Só não aproveitam o burro...

A capacidade de industrialização da carne e aproveitamento dos subprodutos do boi, ao lado da participação nas várias fases, desde a invernagem até a distribuição a varejo, fazem com que os frigoríficos sejam o grupo de maior rentabilidade em todo o processo produtivo da carne.

Os frigoríficos estrangeiros, segundo o jargão popular, «do boi só não aproveitam o burro». Fornecem inclusive matéria-prima para a indústria farmacêutica, para a fabricação de produtos como a cortisona e a insulina. Os outros fornecedores próximos de carne, por não aproveitarem industrialmente os subprodutos, não têm a mesma rentabilidade.

## Marchantes: fornecedores isolados

Geralmente, trata-se de marchantes que funcionam sem quaisquer instalações industriais, apenas como intermediários, comprando bois nas invernagens, abatendo-os em matadouros de terceiros, mediante o pagamento de uma taxa, e vendendo a carne às empresas transportadoras (que por sua vez a revendem aos açougues) ou aos açougues.

Na Guanabara, por exemplo, ao lado dos frigoríficos estrangeiros, que fornecem 40% (é a cifra dada por eles) da carne consumida, existem dezenas de marchantes, que fornecem, cada um deles isoladamente, uma pequena percentagem da carne verde distribuída neste centro.

## Rio de sangue para o mar

Enquanto o governo não se decide a nacionalizar a indústria de carne de capitais estrangeiros, sua pressão sobre o mercado dos grandes centros poderia pelo menos ser diminuída pela construção de matadouros industriais (frigoríficos) do governo, ou pelo melhor aproveitamento e reaparelhamento dos matadouros públicos já existentes, como o de Santa Cruz, na Guanabara e o de Carapicuíba, em S. Paulo.

Ao invés disso, máquinas para a industrialização da carne, inclusive câmaras frigoríficas, já importadas pela ex-Prefeitura do Distrito Federal, enferrujam em Sta. Cruz, sem aproveitamento, há quase 10 anos, enquanto o sangue resultante do sangramento dos bois no abate, que poderia ser aproveitado para a fabricação de adubos e farinhas alimentícias azotadas, é canalizado para o rio Itá, e dali para o mar, desperdiçando-se.

## "Forças ocultas" contra o reaparelhamento

O reaparelhamento do Matadouro de Sta. Cruz para que possa industrializar carne é inclusive uma reivindicação dos marchantes que lá abatem, para que possam ter maior rentabilidade e aumentar a quantidade do seu abate. Mas os marchantes de Sta. Cruz, que tiveram força suficiente para fazer com que

a ex-Prefeitura do Distrito Federal mantivesse a taxa de abate do Matadouro Municipal em Cr\$ 5,50 (quando os matadouros privados estão cobrando de 300 a 500 cruzeiros), não conseguiram vencer as «forças ocultas» que adormecem há 12 anos o reaparelhamento do Matadouro Municipal.

A instalação em Sta. Cruz das câmaras frigoríficas que lá estão, sem uso, possibilitaria inclusive ao governo estocar certa quantidade de carne para os períodos de pressão altista. Por que as câmaras não se instalam?

Por outro lado, para que o Matadouro de Sta. Cruz venha realmente a funcionar como meio para atenuar a pressão monopolista e fornecer carne à população guanabarina a preços razoáveis, é preciso que o governo enfrente os frigoríficos estrangeiros, não só reaparelhando o Matadouro e transformando-o em empresa industrializadora, mas arrendando, comprando ou requisitando terras para invernagem e comprando bois no período da safra (quando eles são mais baratos), para abati-los e distribuir carne à população nos períodos de pressão altista.



## Mais urubu do que carne

Apesar do aumento constante das necessidades da população da Guanabara, a produção de carne do Matadouro de Santa Cruz diminui de ano para ano. E diminui porque os trustes não querem que o próprio Estado garanta pelo menos uma parte do abastecimento de carne. Hoje, existe mesmo muito mais urubu do que carne em Santa Cruz.

## GOVERNO NAO QUER OUVIR A FALA DO CINEMA (III)

# Barrar a Invasão de "Abacaxis" Para Salvar Cinema Brasileiro

LUIZ GAZZANO

Faça de conta que você, leitor, é um produtor de cinema brasileiro. Consegiu acumular um capital de 3 milhões de cruzeiros e resolveu fazer um filme. Alugou estúdio, contratou a equipe técnica, os atores e locou o barco. Trabalhou dois meses, aprontou o filme e o dinheiro acabou. Então, você pôs a única cópia que tinha, debaixo do braço, e procurou o Banco do Brasil. Mostrou para a comissão, todos gostaram e resolveram lhe emprestar o dinheiro que faltava para completar as outras cópias para exibir nos cinemas. Nessa altura você já conversara com um distribuidor de boa vontade, mostrou o filme, ele gostara e resolveu distribuir. Como o filme é bom, você e o distribuidor procuraram o exibidor que controlava o maior número de cinemas da cidade, para apresentá-lo ao público e em grande estilo. Faz de conta, então, que também o exibidor ficou entusiasmado com a película e achou que ela merecia mesmo um grande lançamento. Isso foi feito, e na primeira semana a renda foi espetacular. Já no terceiro dia de exibição você contava com uma segunda semana. Mas... no sábado, o exibidor lhe procurou e disse que não podia prosseguir exibindo o filme em tais e tais cinemas porque já estava programado um «western» de Alan Ladd. Você, que não conhecia o segredo, ficou espantado.

— Mas, seu fulano, o meu filme em 5 dias rendeu mais de dois milhões? Os cinemas estão cheios e as filas são grandes.

O exibidor, que sabe que você não conhece o ofício, bate-lhe no ombro, dá um sorriso...

— Você fez um filme, mas eles é quem me fazem viver. Se eu não começar a passar o Alan Ladd segunda-feira eles são capazes de me deixarem sem tais e tais filmes. Podem romper até o contrato que têm comigo e procurarem o seu beltrano, o outro exibidor aqui da cidade, que tem quase tantos cinemas como eu.

Está aí, sinteticamente, o mecanismo usado pelos distribuidores norte-americanos para controlar o mercado da exibição no Brasil, impor sua vontade soberana aos exibidores e sabotarem o produto nacional.

## Política de portas abertas

A verdadeira política de portas abertas aplicada pelo governo em relação ao produto cinematográfico é a grande responsável pela situação e um dos entraves fundamentais ao desenvolvimento da indústria cinematográfica no Brasil.

Essa política tem seu eixo na questão das tarifas alfandegárias. Gozando de um privilégio inconcebível, o filme americano entra no Brasil pagando tarifa irrisória (em média 20 mil cruzeiros por título) e vai competir no mercado, no mínimo em igualdade de condições, com o filme nacional que custou 3, 4 e 5 milhões de cruzeiros. Partindo daí e com a vantagem de contar com a qualidade técnica e o prestígio dos intérpretes das chamadas superproduções, estabelece o controle dos exibidores e o consequente «dumping» no mercado. Hoje no Brasil existem circulando nos cinemas mais de 2 mil filmes norte-americanos.

Para se ter idéia da profundidade do problema, é bastante comparar-se a situação do mercado exibidor no Brasil e nos Estados Unidos. Aqui, para um público de 300 milhões de entradas são apresentados anualmente cerca de 600 filmes novos (mais de 500 norte-americanos); nos Estados Unidos, para um público de mais de 3 bilhões de ingressos, são apresentados cerca de 350 filmes novos. O mesmo ocorre na França, na Itália e outros países, onde o mercado é muito maior do que o nosso.

A razão dessa situação está na falta de uma legislação adequada, que proteja ao mesmo tempo a indústria cinematográfica nacional e impeça uma maior evasão de divisas.

Os homens de cinema, os estudiosos dos problemas econômicos ligados ao mister, os próprios congressos realizados no Rio e em São Paulo indicaram as soluções para o problema: a taxa-ção dos filmes que entram no Brasil e a limitação para impedir o «dumping». Na Itália, por exemplo, um filme americano, para ser exibido, além da obrigatoriedade da dublagem para o italiano (que custa muito caro e obriga a feitura das cópias em laboratórios italianos), paga uma taxa equivalente a um milhão de cruzeiros para ser exibido. Por outro lado, em virtude de um acordo entre a Unitalia e a Motion Pictures, os americanos são obrigados a exibir nos Estados Unidos uma percentagem de filmes italianos para tantos filmes americanos que forem exibidos na Itália.

Nesses países não existe o «dumping» e os filmes nêles produzidos contam com todas as possibilidades para explorar satisfatoriamente o mercado interno.

## Não é o bastante

Mesmo considerando-se que a luta pela conquista do mercado interno seja condição essencial para estimular o desenvolvimento da indústria cinematográfica no Brasil, somente isso não basta. O outro lado do problema seria a aprovação de uma legislação específica, no terreno federal, de amparo à indústria. Vimos em reportagem anterior a importância da lei aprovada pela municipalidade de São Paulo como fator de estímulo à produção de filmes na capital paulista. Veremos agora o que se fez no terreno federal. Além da já citada lei dos 8 por 1 (que por sinal não vem sendo cumprida por grande número de cinemas no Rio e em São Paulo), temos o recente decreto assinado pelo presidente Kubitschek, abrindo uma carteira para financiamento de filmes pelo Banco do Brasil. Se, à primeira vista o evento pode ser apontado como positivo tendo em vista o fato de o governo federal tomar conhecimento oficial de que existem no Brasil pessoas que conduzem uma mercadoria chamada filme, um exame mais aprofundado do decreto leva à conclusão de que o mesmo não soluciona nada e não passa de uma operação bancária normal, como o são todas as operações de créditos em casas bancárias. E mais, não serve de estímulo algum para os eventuais produtores. O crédito só será concedido após o filme pronto, e mesmo assim após uma comissão ver o chama-



## Levando de roldão

A cena é de um filme do Oscar. O lotação leva tudo que tem pela frente. E o caso de se comparar com a invasão de filmes americanos no mercado brasileiro.

da cópia do mesmo (a primeira cópia) e decidir da oportunidade ou não da concessão do crédito. Além disso, pelo contrato de empréstimo (que será de seis meses com prorrogação por igual período e com a cobrança de juros de 10% ao ano) o Banco ficará com o direito de receber as primeiras rendas do filme até cobrir a quantia que financiou.

Pela forma e na época em que foi assinado, o decreto do presidente da República nos pareceu mais medida demagógica, inspirada inclusive em ato semelhante do sr. Jânio Quadros quando governador de São Paulo, que abriu uma carteira de crédito cinematográfico no Banco do Estado, num período em que tentava aliciar os simplices dos meios artísticos e cinematográficos da paulicéia.

Em nossa opinião, a receita foi dada pela Câmara Municipal de São Paulo e pela Comissão Municipal de Cinema da capital paulista. O governo federal deve se convencer de que a indústria cinematográfica, pelas suas características especiais, só pode subsistir num país como o Brasil através da legislação protecionista (limitando a entrada de

filmes estrangeiros no país e taxando os que o fazem, para assim eliminar o «dumping» e de amparo, através do auxílio financeiro na base de premiações e o financiamento específico da produção pelos bancos oficiais.

E não será nada de extraordinário para o governo tomar medidas dessa natureza, principalmente se levarmos em conta a concepção dos governos da maioria dos países em relação à indústria cinematográfica, que vai deturpada no seguinte trecho de um relatório do «Film Center», publicado pela UNESCO:

«A própria natureza do filme tem levado movelmente, em todos os países, a participação do governo na indústria cinematográfica. Desde o momento em que se estabeleceu um imposto nacional ou municipal, gravando os bilhetes de ingresso, o filme se tornou automaticamente dos outros artigos comerciais. Os governos, ou as autoridades locais, chegaram a depender da indústria do filme para uma parte importante de sua receita, enquanto, por sua vez, a indústria cinematográfica procurava auxílio por parte dos governos e das autoridades locais, nas épocas difíceis».



## Ferrugem vai comendo

Durante anos seguidos, as verbas para a conservação e remodelação do Matadouro de Santa Cruz são cortadas pela Câmara ou pelo Executivo e a maquinaria vai se estragando.



# Entre Nixon e Kennedy Americano Não Teve Escolha

Quase setenta milhões de norte-americanos participaram, na terça-feira, das eleições presidenciais. É a melhor demonstração possível daquilo que se costuma chamar de «democracia ocidental», ou qualquer coisa semelhante. À primeira vista, estaríamos diante de um eleitorado de mais de um terço de toda a população (compare-se com o Brasil em que o número de eleitores é inferior a um quinto da população) e que escolhe livremente os seus governantes. Como é que se desenrola realmente este processo de escolha livre?

Em primeiro lugar, só existem dois partidos, o Republicano e o Democrata, que controlam praticamente todos os meios de formação da opinião pública: cinema, imprensa, televisão, rádio, etc. A fundação de um ou mais outros partidos foi impossibilitada até agora porque os meios de financiamento e propagação e a própria justiça eleitoral obedecem ao controle dos grandes grupos que mandam nos velhos partidos. Dessa forma, a única coisa que o eleitor norte-americano pode fazer no dia do pleito é preferir o homem dos republicanos ou o dos democratas.

Para isso, alguns meses antes do pleito, os jornais, rádios, televisão e cinema castigam-lhe o espírito 24 horas por dia. Os candidatos são apresentados quase da mesma forma que qualquer outro produto industrial. Existe, entretanto, outra característica do processo eleitoral norte-americano que o torna aparentemente ainda mais democrático, as chamadas «primárias». Nessas, os candidatos aos postos executivos de ambos os partidos são escolhidos, a se acreditar nas aparências, pelos próprios militantes de cada um deles.

## O escândalo das primárias

Na verdade, as bases populares dos partidos contam muito pouco. Dos setecentos ou oitocentos votos necessários para indicar os candidatos nas convenções partidárias, apenas cem poderão ser considerados como votos populares. A maioria dos delegados às convenções são indicados pela própria máquina partidária, isto é, pelos «donos» dos partidos. O que aconteceu na convenção democrata de Los Angeles este ano é bastante ilustrativo.

Quem fosse a Los Angeles naqueles dias não teria dúvida de que o grande preferido da massa democrata era Adlai Stevenson. Centenas de milhares de assinaturas em memoriais que defendiam a candi-

datura Stevenson foram enviadas à convenção. Dezenas de milhares de pessoas de todo o país dirigiram-se pessoalmente à convenção para que ela sufragasse seu nome. Os multimilionários do Partido Democrata, entretanto, já tinham feito sua escolha: o multimilionário John Kennedy. Começou então a compra maciça de votos, em especial os dos convencionais que apoiavam o senador Hubert Humphrey. Os gerentes da campanha de Kennedy desdobravam-se em contatos com governadores e caciques locais democratas, trocando os votos de suas bancadas por dinheiro sonante ou por cargos e favores.

O resultado não poderia ser diverso. No segundo escrutínio, o nome de Kennedy era sufragado pela convenção. Na convenção republicana, realizada pouco depois em Chicago, o panorama foi ainda mais triste. Um acordo frouxo entre Nixon, Rockefeller, Eisenhower e os «financiadores» do partido retirou qualquer possibilidade de contenda em Chicago. Estavam então escolhidos os dois candidatos à presidência sem qualquer participação das massas dos dois partidos ou dos grupos independentes que os apoiam.

## A «diversidade» de candidatos

Já que o eleitor norte-americano não pode influenciar a escolha dos dois candidatos dos velhos partidos, nem conseguir o lançamento de um candidato independente, poderia restar a ele, se se der ouvidos à propaganda oficial, escolher entre os dois candidatos que lhe foram impostos. Isto, entretanto, supõe a existência de diferenças marcantes entre os dois, sem o que a escolha perde seu caráter de decisão a favor de uma ou outra política. O que acontece no caso dos Estados Unidos?

O «Wall Street Journal», órgão dos grandes negociantes norte-americanos, se encarregou de tirar qualquer esperança aos menos avisados. Comentando o debate travado pelos dois candidatos pela televisão, o «Wall Street Journal» disse que se os espectadores fechassem os olhos não poderiam dizer quem estava falando, em determinado momento, Nixon ou Kennedy. Outro jornal norte-americano o «National Guardian» publicou uma charge em que Nixon, dirigindo-se ao seu «rival», dizia: «Emprestem-me uma parte de seu discurso porque eu esqueci o meu em casa.» Na

realidade, a maioria dos jornais dos EUA, embora apoiem um ou outro, tiveram que reconhecer que não existe quase diferença alguma entre Nixon e Kennedy.

As divergências de táticas ou de detalhes que os dois candidatos mostram só servem para realçar sua igualdade profunda. Se em relação a Cuba Kennedy é ainda mais belicoso do que Nixon, no caso de Formosa e das outras ilhas chinesas ocupadas pelos norte-americanos cabe a Nixon a atitude mais histórica. Tudo funciona como se os dois candidatos tivessem reparado entre si os «trunfos», cabendo a cada um deles uma parte igual das posições mais «progressistas» e as mais reacionárias.

## Que pensa o povo?

E o caso, então, de se perguntar se o povo norte-americano está satisfeito com esta situação, ou, em outras palavras, se os norte-americanos apoiam a política de guerra fria e de posições de força defendida pelos dois candidatos. Ainda agora vamos nos servir do «Wall Street Journal» para mostrar qual é a verdade. O jornal dos banqueiros e industriais norte-americanos escolheu um de seus melhores redatores para acompanhar a campanha eleitoral. Depois de certo tempo, este redator afirmava com todas as letras que de dez pessoas, oito se manifestavam inteiramente contrárias à guerra fria e esperavam que o Governo de seu país adotasse uma política de paz.

Segundo o mesmo redator, a esmagadora maioria dos eleitores norte-americanos não vê diferença importante alguma entre os dois candidatos na questão que ela considera essencial: o problema da guerra e da paz. Mesmo entre os desempregados e os trabalhadores pior

remunerados, o redator do «Wall Street Journal» encontrou sempre a mesma resposta: «Por mais duras que sejam as preocupações e inquietações, todas elas ficam relegadas a segundo plano diante da questão fundamental de como salvaguardar a paz e impedir a guerra.»

Outro exemplo claro do verdadeiro sentimento do povo norte-americano pode ser visto nas eleições para senador no Tennessee. O Partido Democrata, que sistematicamente ganha as eleições neste estado que é o «começo do sul» racista, estava dividido entre dois candidatos. Um deles era o senador Estes Kefauver, que a máquina do partido impediu de ser candidato à presidência em 1952 e 1956. Kefauver fez toda a sua campanha à base da defesa dos direitos dos negros e de outras minorias exploradas e combatidas, da política de coexistência pacífica e do combate aos monopólios. Seu principal rival, um juiz racista de Memphis, adotou exatamente as posições contrárias. Depois de uma campanha dura, as massas democratas, os negros, os progressistas, os operários, o homem simples, asseguraram a Kefauver o dobro da votação de todos os seus contendores. A própria imprensa reacionária dos Estados Unidos não tem mais qualquer dúvida de que Kefauver vencerá as eleições para senador.

O mesmo certamente ocorreria com o candidato democrata à presidência, se ele realmente fosse democrata. Kennedy e seus assessores reconheceram que mais de 17 milhões de norte-americanos «vão dormir diariamente com fome», e que um número duas vezes maior luta com dificuldades enormes para viver. Os desempregados nunca



Vicky—New Statesman

## Bang-bang sem mocinho

A charge mostra bem o que é o «debate» entre Nixon e Kennedy: o que um diz o outro afirma, o que um afirma o outro diz... Bem-estar social, direitos civis, prosperidade econômica, armamentismo, etc., tudo igual...

são menos de dois milhões. Durante o governo de Eisenhower duas grandes crises abalaram a economia do país e uma terceira se anuncia para muito breve. Os gastos militares foram aumentados em quase vinte bilhões de dólares por ano, enquanto as despesas com obras públicas eram diminuídas em mais de dez bilhões. Na política externa, a agressão ao Líbano em 1958 e o torpedeamento da conferência de

cúpula com o vôo do U-2 caracterizaram a linha de Dulles, Eisenhower e Hertha de política «à beira da guerra» e «a partir de posições de força».

Agora, o povo norte-americano tem que escolher entre dois discípulos menores desta política, debaixo de uma campanha de propaganda onde a vacuidade do conteúdo é disfarçada por trás do barulho infernal dos «gingles»...

## RECADO DE STROESSNER AOS EUA:

# Guerrilheiros Paraguaios Apertam o Cêrco à Ditadura

Uma das histórias preferidas da ditadura de Stroessner é dizer que não existe mais resistência ao regime no interior do Paraguai. Segundo os porta-vozes da tirania, os guerrilheiros que lutam para derubá-la vêm da Argentina ou de outros países e não encontram apoio

algum entre o povo guarani. Recentemente, entretanto, descobriu-se um relatório secreto elaborado pelo facinoroso Ynsfran, ministro de Interior da ditadura, para a embaixada norte-americana sobre a ação dos guerrilheiros no Paraguai que desmente totalmente a lenda da passividade do povo diante da ditadura.

O relatório informa a atuação de alguns grupos, inclusive contando com elementos dentro do Partido Colorado, dominado por Stroessner, e que se espalham por todo o país. Reconhece também o apoio que parte da igreja, principalmente os padres ligados ao povo e os católicos simples, presta à luta dos guerrilheiros da FULNA (Frente Unida de Libertação Nacional) e do movimento «14 de mayo». O facinoroso Ynsfran, quando escreve para seus patrões norte-americanos, tem que confessar igualmente que as massas de operários e camponeses são levadas por sua miséria e combatividade a ingressar nas fileiras do movimento de libertação do Paraguai contra a ditadura sangüinária.

Herói «cínico»  
Para elaborar o relatório encomendado pela embaixada norte-americana, Ynsfran serviu-se de depoimentos arrancados à custa de torturas sem fim praticadas contra os inimigos da ditadura. Mas, apesar dos métodos nazistas empregados pelos assassinos da polícia, os resultados não foram «satisfatórios». Referindo-se ao operário Jorge Morinigo, membro do partido colorado e militante da FULNA, diz o relatório de Ynsfran: «Caráter de Renan (Morinigo): duro, cínico, herético; nada declarou até o momento; é a formação típica dos homens do escalão superior comunista». Morinigo resistiu até tal ponto que os assassinos de Stroessner cortaram-lhe a língua. Ynsfran procura manter, para melhor convencer seus patrões ianques a aumentar a «ajuda» que prestam à ditadura, a lenda do comunismo. Assim, também em relação ao comandante dos guerrilheiros do movimento «14 de mayo», o relatório insiste na afirmação de que Rotela seria comunista, dizen-

do-se baseado em confissões de dois elementos presos.

O relatório do facinoroso Ynsfran é obrigado a reconhecer que o movimento contra a ditadura já se estendeu a todo o território paraguai, tendo simpatizantes e militantes em todas as cidades e aldeias guaranis. «Pode-se saber que estendeu-se uma rede de grupos guerrilheiros formados ou em formação, integrados por camponeses residentes em Borja, Sumi, Eugenio Garay, Fassardi, General Morinigo, Avai, San Juan Nepomuceno, Buena Vista, Boquerón» e várias outras cidades.

## Confissão

O relatório confessa também a legitimidade da luta dos guerrilheiros e inimigos da ditadura, quando diz que «a FULNA escuda sua ação ideológica no Paraguai em duas arestas muito sensíveis às nossas massas, isto é, a) sua tradição histórica e b) sua vocação religiosa». Mais adiante, afirma: «A estratégia geral se concentra em dois objetivos delicados de nossa estrutura econômico-social, a terra e o preço dos produtos agrários. Insistem sobre o contraste que oferece o domínio de vastas extensões em poder de uma só pessoa e a impossibilidade de que mesmo um minúsculo pedaço de terra seja propriedade do homem que mora em seu rancho.»

A aparente «ingenuidade» de Ynsfran, quando fala em «objetivos delicados» da estrutura econômico-social do Paraguai, não passa de um disfarce muito estarrapado. O domínio arrasador do latifúndio sobre as massas de camponeses famintos e oprimidos pelo exército e a polícia é, de fato, um dos pontos mais agudos da ditadura sangrenta de Stroessner e, ao mesmo tempo, da luta contra ela. A ditadura sabe isto e apela para os «amigos» norte-americanos para que deem mais armas e mais dinheiro ao ditador para poder esmagar os camponeses durante algum tempo mais. O próprio fato do relatório, que traz o carimbo de «segreto», ter sido preparado a pedido da embaixada ianque é suficiente para mostrar quem manda realmente no Paraguai.



## Stroessner massacra o povo

Apesar dos métodos bandidescos que emprega há anos para oprimir o povo paraguai, a ditadura de Stroessner não conseguiu nem conseguir impedir o crescimento do ódio e da luta do povo contra a tirania. Os massacres de guerrilheiros, militantes do movimento antiterrorista e simples cidadãos guaranis se repetem graças ao apoio prestado a Stroessner pelos Estados Unidos e pelo Governo Brasileiro. A própria ditadura, em relatório preparado para a embaixada norte-americana, reconhece que as camadas trabalhadoras do Paraguai aderem cada vez mais ao movimento de libertação.



# Os Conceitos de Liberdade e a Revolução Cubana

**BRAS ROCA**  
(Sec. Geral do Partido Popular Socialista)

Em dias de mês de outubro último, o dirigente do Partido Socialista Popular (comunista), Blas Roca, pronunciou na Televisão, importante conferência sob o tema — «Os conceitos de liberdade e a revolução cubana». Neste número iniciamos a publicação de um extrato dessa conferência.

## Agora há verdadeira liberdade em Cuba

Nós, que combatemos o imperialismo e a exploração do homem pelo homem, não precisamos enganar ninguém.

Exigimos a liberdade para combater a opressão e a miséria, para combater o imperialismo e o regime semicolonial, para combater o latifúndio, para combater a exploração exercida contra os operários e os camponeses, para combater pela revolução, pela soberania de nossa pátria e pela libertação de nosso povo, para defender o futuro socialista de nossa pátria, pela paz mundial e pela coexistência pacífica.

Essa é a liberdade para os patriotas, para os verdadeiros democratas, para os progressistas, para os revolucionários, para os operários e camponeses, para os empregados e profissionais, para os estudantes do povo, isto é, para a esmagadora maioria dos cubanos.

Quando os imperialistas e seus lacaios dizem que na Cuba revolucionária não há liberdade de imprensa porque não aparecem o «Diário de la Marina», nem o «Alerta», e os *Rivero*, *Zayas*, *Medrano*, *Carbó*, *Quevedo* e companhia abandonaram o país para servir a seus amos dos Estados Unidos, do Departamento de Estado e de Pentágono, só pretendem servir aos inimigos da soberania nacional, da reforma agrária, da industrialização e do progresso de Cuba.

Jamais puderam ser ditos antes através de todos os meios de difusão as verdades que são ditas agora.

Antes, as verdades dos cubanos que sofriam a opressão do imperialismo lanqueado, as verdades dos camponeses esmagados e embrutecidos pelo latifúndio, as verdades dos operários e de todo o povo, as verdades sobre o mundo, sobre os países de América Latina, sobre os países da Ásia e da África, sobre a União Soviética, sobre a República Popular da China e demais países socialistas, jamais puderam ser ditos e difundidos como o são agora.

Isso é verdadeira liberdade de imprensa e de expressão de pensamento para o povo.

Os que pedem que voltem os *Rivero*, *Zayas*, *Quevedo*, *Carbó*, etc., com suas mentiras para enganar o povo, pedem, na realidade, embora se apresentem apenas como defensores da liberdade de imprensa em geral, a liberdade para fazer propaganda contra a revolução, para fazer propaganda a favor da volta da ditadura, para fazer propaganda a favor do restabelecimento do regime semicolonial da subordinação aos Estados Unidos imperialistas, para fazer propaganda pela volta do latifúndio e pela anulação de todas as conquistas revolucionárias. Mas não é só essa propaganda. É também a difusão de todo tipo de mentiras e a agitação para preparar o ataque armado contra-revolucionário e imperialista contra Cuba e contra a revolução. O que pedem, no final das contas, é a liberdade para destruir a revolução e entregar de novo Cuba ao domínio imperialista, à vingança e ao saque dos criminosos de guerra e dos ladrões, à voracidade dos latifundiários e das empresas monopolistas e parasitárias. O que querem na realidade é voltar a escravizar o povo cubano e a pátria cubana.

Nós dizemos francamente que estamos contra essa liberdade, porque estamos contra a escravização de pátria e do povo, porque estamos contra a escravização dos operários e camponeses, porque estamos resoluta e irrevogavelmente a favor da liberdade de Cuba, pela liberdade para o povo, para os operários e camponeses, para os trabalhadores de todas as categorias.

Tomemos outra liberdade que os imperialistas e seus ideólogos proclamam «para todos»: A liberdade política, ou seja, os direitos eleitorais. Segundo os propagandistas dos imperialistas norte-americanos, só há liberdade e democracia onde existe um regime político semelhante ao dos Estados Unidos.

Este regime baseia-se supostamente no sufrágio universal, na eleição periódica dos governantes pelo povo, supostamente o povo pode escolher, livremente, entre vários candidatos.

Nos fatos, tudo isto é uma mentira, um engano dos imperialistas norte-americanos.

Em primeiro lugar, embora seja um aspecto secundário da questão, não funciona efetivamente nos Estados Unidos o chamado sufrágio universal. Milhões de negros, simplesmente por terem a pele escura, carecem do direito de votar, do qual são privados mediante todo tipo de entraves legais, subterfúgios e violências.

E não só os negros. Por uma ou outra razão, milhões e milhões de norte-ame-

ricanos não exercem o sufrágio. Houve eleições em que menos de 50% dos eleitores depositaram seu voto.

Em segundo lugar, o «direito de escolher livremente entre vários candidatos» reduz-se para os eleitores norte-americanos ao direito de votar nos imperialistas republicanos ou nos imperialistas democratas.

Na maioria dos casos, nas candidaturas principais, a única coisa que diferencia os candidatos nas eleições norte-americanas é que uns se chamam republicanos e outros democratas. Os candidatos tanto de um partido como do outro são os ricos, são os defensores dos monopólios, os representantes e defensores dos imperialistas. O povo intervém muito pouco na escolha dos candidatos. Os candidatos são fabricados pelo dinheiro, através da propaganda, da imprensa, do rádio e da televisão. Os candidatos são escolhidos depois pelas camarilhas politiquieiras de um e outro partido, completamente dominadas pelos milionários e pelos grandes interesses. Dêsse modo, quer vote numa coluna ou na outra, o eleitor norte-americano terá votado num imperialista, que às vezes será um imperialista do grupo Rockefeller e outras do grupo Morgan, que às vezes será mais moderado e outras mais agressivo, mas que sempre será, em todo caso, um imperialista.

Em terceiro lugar, devido em parte ao que acabamos de expor, o poder jamais sai das mãos dos imperialistas. Neste aspecto, o regime político dos Estados Unidos é ainda mais fechado, mais antidemocrático do que o de outros países imperialistas, como, por exemplo, a Inglaterra e a França, onde são eleitos deputados operários para os parlamentos. Na França, existe inclusive um numeroso grupo de deputados comunistas e uma votação consideravelmente maior a favor dos candidatos comunistas. Nos Estados Unidos, jamais são eleitos operários, camponeses ou negros para qualquer cargo importante da nação.

## Prendem usar a igreja para combater a revolução

A verdadeira democracia, o verdadeiro sentido da liberdade política, não consiste apenas em que haja eleições, e sim em quem tem o poder, em se o governo é do povo e representa o povo, isto é, os operários e camponeses, os empregados e profissionais modestos, ou em se o governo é do imperialismo e representa os milionários inimigos dos trabalhadores e dos camponeses.

Um Governo dos imperialistas, dos monopólios, dos milionários e dos banqueiros como é o governo dos Estados Unidos não é um governo democrático, e sim um governo oligárquico, embora seja escolhido formalmente por meio de eleições. Nós em Cuba sabemos bem a mentira que são essas eleições ao estilo norte-americano. Não é um governo de liberdade; é um governo de opressão.

Uma liberdade que aparentemente pode ser estabelecida sem diminuir a liberdade de ninguém é a liberdade de culto e a liberdade de consciência.

Isso é, pelo menos, o que nós acreditamos.

Mas nem todo mundo acreditou sempre nisso.

A igreja e o Estado feudal negaram terminantemente a liberdade de culto e a liberdade de consciência. Os que pretenderam desconhecer a religião oficial e adotar outro culto ou outras crenças ou outras opiniões consideradas contrárias ao dogma, foram queimados nas fogueiras, submetidos à tortura ou à prisão, obrigados a retratar-se ou a arrepender-se.

O Papa Leão XIII, muito conhecido por sua difundida encíclica *Rerum Novarum*, manifesta-se, em outra encíclica de 1888, «Sobre a liberdade humana», resoluta e categoricamente contrário à liberdade de culto e à liberdade de consciência.

Diz a encíclica:

«Examinemos esta liberdade tão contrária à virtude da religião, a liberdade de culto, como é chamado, liberdade que repousa no princípio de que é possível para cada um professar a religião que lhe agrada ou não professar nenhuma.»

Outra liberdade tão proclamada é a liberdade de consciência. Se se entende por isso que cada um pode indiferentemente, a seu bel prazer, render ou não culto a Deus, os argumentos que foram expostos mais acima bastam para refutá-lo.

E acrescenta, citando o Papa Gregório XVI:

«A liberdade de consciência, a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa é a mais execrável, a mais funesta, para a qual jamais haverá horror suficientes.»

Apesar destas opiniões, nós acreditamos que a liberdade de culto e a liberdade de consciência podem e devem ser mantidas para todos.

Essas liberdades foram conquistadas pelos povos na luta contra o medievalismo, na luta contra o feudalismo e as monarquias absolutas que, associadas a uma religião, não permitiam o desenvolvimento de outras nem a manutenção de opiniões que contradissem de qualquer forma os dogmas teológicos e as opiniões de hierarquia.

Essas liberdades são hoje ameaçadas pelos imperialistas.

A burguesia que surgiu como representante dos livres-pensadores, se associou hoje definitivamente à hierarquia eclesiástica e se esforça para usar a igreja contra a revolução e contra o socialismo.

Os imperialistas pretendem usar hoje a igreja para combater a revolução cubana com o pretexto de anticomunismo. As teses centrais da declaração que os imperialistas impuseram aos chanceleres dos países submetidos ou subordinados na Conferência da OEA, em São José, foram anteriormente expostas na pastoral firmada pelo Cardeal Arteaga e pelos bispos. Não há dúvida de que a coincidência não foi casual. Como tampouco foi casual o momento em que a pastoral foi publicada como justificação antecipada e re-



Blas Roca, secretário-geral do Partido Socialista Popular (comunista) de Cuba, exerce uma intensa atividade política há algumas décadas. E, além disso, um estudioso dos problemas políticos, econômicos e sociais do país, tendo publicado recentemente a segunda edição de seu livro «Fundamentos do socialismo em Cuba». Na foto vemos-lo, sentado e sorridente, ao meio de outros companheiros.

## Blas e seus amigos

fôrço do que ia ser aprovado em São José.

Os latifundiários e outros exploradores, que sempre fizeram importantes dádivas à Igreja, pretendem agora utilizá-la não para seu consolo espiritual, que é o que deviam fazer, mas como instrumento para combater a revolução e suas medidas principais, tais como a reforma agrária, o desenvolvimento da industrialização sob o controle estatal, etc.

Desde logo, creio que a liberdade religiosa nada tem a ver com a liberdade dos imperialistas norte-americanos, com os partidários de Franco e com os latifundiários e com outros exploradores parasitários de usar a Igreja para combater a soberania de Cuba, para combater a política externa marxista de relações e amizade com todos os povos e de defesa da paz e da coexistência, para combater a revolução e as medidas e leis revolucionárias principais.

Pode e deve haver liberdade de religião e liberdade de consciência.

Podem e devem ser garantidos à religião e aos religiosos todos os direitos e liberdades para a existência e desenvolvimento de seus templos, de seus cultos, de suas procissões, de suas imagens. Cada um tem direito de crer ou não, de rogar ou orar e reverenciar a Deus ou a Jeová, a um santo ou a outro, a uma imagem ou a outra, invocar a uma virgem ou a um espírito ou a não fazer nada disso. Acredito tanto nessa liberdade, que se um templo de qualquer religião, católica ou protestante, judaica ou espiritualista, estivesse em mau estado ou necessitasse de reconstrução, eu, comunista que não pertença a nenhuma religião, ofereceria minha contribuição e meu esforço pessoal para ajudar a reconstruir esse templo para que os crentes pudessem exercer nele seu direito de culto. Com o que não poderia estar de acordo de modo algum é que esse templo fosse usado para atividades alheias ao que deve ser o culto, e o que deve ser a religião, que fosse usado, por exemplo,

para atividades contra-revolucionárias, para combater o Governo revolucionário e as medidas e leis revolucionárias.

## Com a reforma agrária há mais liberdade

Toda luta contra a exploração é uma luta pela liberdade real.

Toda luta contra o domínio e a exploração que o imperialismo exerce contra os trabalhadores, os povos e as nações é uma luta pela liberdade real.

A revolução cubana que se iniciou como uma luta contra o domínio e a exploração que o imperialismo lanqueado exerceu sobre nosso país, contra o domínio e a exploração que os latifundiários exerciam sobre nosso país, contra o subdesenvolvimento e o atraso econômico, resultou numa formidável ampliação da verdadeira liberdade para o povo de Cuba.

A derrota da ditadura pró-imperialista de Batista trouxe ao povo a Cuba nova liberdade e nova segurança.

A derrota do plattismo, do intervencionismo e da mediatização imperialista que dominava a vida cubana e, como consequência, a reivindicação e o exercício da plena soberania nacional trouxeram nova liberdade aos cubanos. Hoje cada cubano é mais livre no significado real e verdadeiro da liberdade, porque a Pátria já está livre da submissão e da servidão ao imperialismo.

O Governo revolucionário, sob a suprema direção de nosso líder querido e amado, Fidel Castro, provou e prova todos os dias, com suas leis, com suas ações, com sua prática, que é um governo não dos imperialistas, não dos latifundiários, não dos fazendeiros, não dos importadores, não dos empresários parasitários e monopolistas, e sim do povo, dos camponeses, dos trabalhadores, das camadas médias urbanas. É um governo do povo, que se apóia no povo, que escuta o povo, que executa a vontade do povo, que representa verdadeira e fielmente o povo. Se se entende corretamente que democracia

é o governo do povo, isto é, do povo, há em Cuba uma verdadeira democracia. Se se entende por democracia, como se interpreta às vezes, o governo da maioria, também há em Cuba uma verdadeira democracia, porque este governo revolucionário representa e está sustentando fervorosamente por nove décadas de todos os cubanos. Com o Governo Revolucionário, o povo tem uma nova liberdade real: a liberdade de ter um governo seu, um governo do povo, que serve ao povo e que escuta o povo, no qual o povo toma uma parte efetiva e verdadeira na direção do país.

Ao romper as cadeias do latifúndio, ao libertar os camponeses dos despejos, das rendas abusivas, das relações de quase servidão estabelecidas com a parceria, ao desenvolver as cooperativas tanto dos operários agrícolas como dos camponeses, ao elevar drasticamente os rendimentos econômicos dos camponeses e dos operários agrícolas, tirá-los de sua extrema miséria anterior, entregar-lhes escolas e começar a dar-lhes novas moradias, a revolução não só tráz um benefício imediato material e cultural à população do campo como também lhe dá mais liberdade real e verdadeira e amplia a liberdade de todo o povo.

A reforma agrária leva Cuba a libertar-se da monocultura e do atraso econômico. A diversificação e a industrialização libertam Cuba da dependência de um só produto e da economia exportadora de matéria-prima ou semielaborada. Com isso, cada cubano terá um pouco mais de liberdade, porque o país se terá tornado um pouco mais livre de contingência econômica exterior, o que não estavam sob seu controle.

A aplicação da Reforma Agrária, a diversificação agrícola, a industrialização acelerada mediante um plano sob o controle do Estado Revolucionário, permitirão vencer o subdesenvolvimento econômico, reduzir a limites insignificantes o desemprego, aumentar a segurança dos trabalhadores de ter emprego e rendimentos apropriados e de serem assistidos mediante os seguros sociais já estabelecidos e que vão sendo ampliados e garantidos. Isto vem trazendo uma nova e mais ampla liberdade ao povo de Cuba. A certeza da segurança da assistência em caso de acidente, enfermidade ou velhice, de mais liberdade verdadeira para os trabalhadores e para o povo do que todo o palavreado dos individualistas. O desempregado, o que carece dos rendimentos mais elementares, não pode ter liberdade. Está obrigado a aceitar o que lhe impuserem ou que lhe ofereçam ou se lhe apresente para conseguir os restos de comida para a família.

A revolução empreendeu a liquidação do analfabetismo, levou as escolas aos mais afastados rincões do país, eleva a cultura em todos os sentidos, multiplica os livros, restabelece a verdade de nossa história, revaloriza nosso passado libertador e progressista, penetra com a reforma de sistemas e ensinos na Universidade e outros centros superiores de ensino. Ao estender a cultura ao povo, ao restabelecer a verdade de nossa história, ao elevar o apreço por nosso acervo cultural nacional, libertador e progressista, a revolução eleva a capacidade de cada cubano para decidir com conhecimento de causa e, portanto, eleva a liberdade verdadeira do povo. A ignorância é inimiga da liberdade.

A revolução permitiu o florescimento de uma imprensa nova que informa a verdade do que ocorre em Cuba e no mundo, ao mesmo tempo que provocou o início da declínio e do desaparecimento gradual da liberdade de imprensa imperialista e oligárquica, da liberdade de mentir, caluniar e confundir no que diz respeito à realidade nacional e mundial, quanto ao significado real da revolução aqui e no estrangeiro, quanto aos problemas cruciais da paz, do progresso, da liberdade e do socialismo.



## A morte de um império

O sistema bancário de Cuba, da mesma forma que a indústria, o grande comércio e a grande agricultura, era quase completamente dominado pelas empresas norte-americanas que, com isso, asseguravam seu domínio político e a exploração econômica do povo dessa, territorialmente, pequena ilha, porém, grande no conceito das nações. A política de emancipação econômica e social traçada pelo Governo Revolucionário de Fidel Castro desde seus primeiros dias encontrou a resistência obstinada dos monopólios norte-americanos, secundados pelo Departamento de Estado. Daí a nacionalização dos monopólios, postos agora nas mãos e a serviço do povo.



# Cotejo de Técnicas e Festa de Amizade no Mundial de Voleibol



**Um voto pela simpatia**

As equipes japonesas não estão entre as aspirantes ao título, mas cativaram o público pela simpatia e pelo empenho que demonstraram, vindo de tão longe para prestigiar o campeonato. Têm contra si a estatura física: parecem meninos quando saltam junto à rede para enfrentar os gigantes americanos, ou soviéticos.



**A festa das bandeiras**

Cerca de vinte mil pessoas aplaudiram, no Maracanãzinho, o desfile das bandeiras dos países participantes do torneio, conduzidas por uma "seleção" de lindas jovens cariocas. Ao fim de cada jogo, a Banda do Exército e a dos Fuzileiros Navais se revezam, executando o hino do país vencedor. O torneio se transformou numa grande festa de confraternização internacional.



**Vitória do físico e da técnica**

As moças tchecas venceram a primeira partida do turno final, no Rio, enfrentando as brasileiras, que demonstraram grande resistência no primeiro "set", chegando a liderar alguns momentos do jogo, mas foram superadas pelo melhor preparo físico e técnico das adversárias. As representantes da Tchecoslováquia formam entre as mais categorizadas aspirantes ao título máximo, da mesma forma que seus companheiros da equipe masculina, que se sagraram campeões mundiais no último torneio, disputado em Paris.



**Vitória foi fácil mas o público vibrou**

A grande expectativa do público em torno do encontro entre americanos e soviéticos foi em parte frustrada, pela relativa facilidade com que os representantes da URSS obtiveram a vitória.

## NOVOS RUMOS